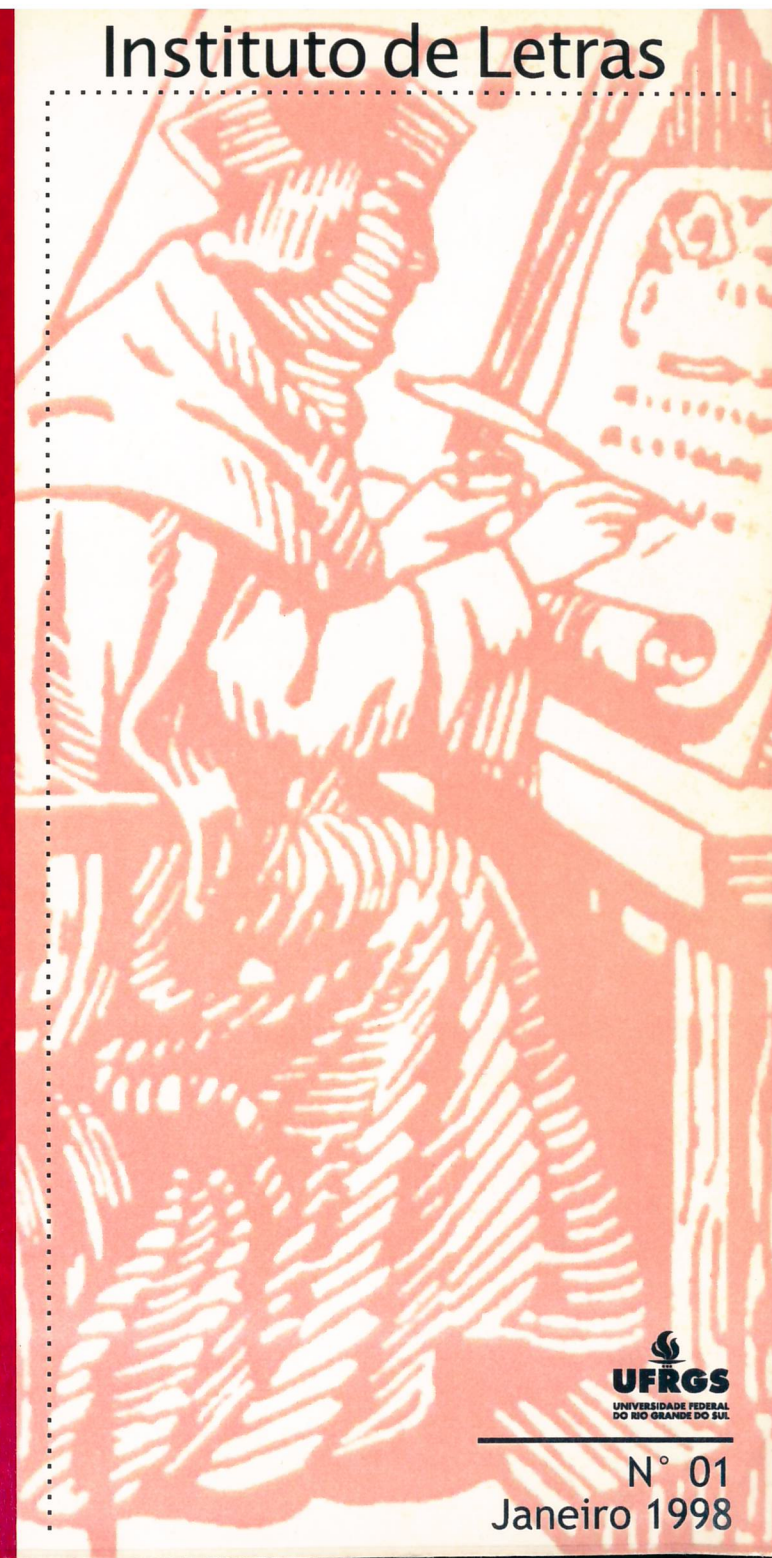


P
400
A/Z

Cadernos de tradução (Porto Alegre) - 1998 n.1 jan

Cadernos de Tradução

Instituto de Letras



UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

N° 01
Janeiro 1998

Cadernos de Tradução
Instituto de Letras

Nº 1 – Janeiro de 1998

Cadernos de Tradução

do Instituto de Letras

Diretora: Profa. Maria Cristina Leandro Ferreira

Vice-Diretora: Profa. Sara Viola Rodrigues

Organizadora: Profa. Neusa Matte

Capa e Editoração: Leandro Bierhals Bezerra - Núcleo de Editoração
Eletrônica do Instituto de Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras

Av. Bento Gonçalves, 9500 CEP 91540-000 Porto Alegre-RS

Fone: (051) 3166689 Fax: (051) 3191719

e-mail: iletras@vortex.ufrgs.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....5 ✓

OUTRO DA TRADUÇÃO: DIFERENÇA, CULTURA,
AUTO-INFERÊNCIA.....7 ✓

Theo Hermans

Tradução: Neusa Matte

VARBRUL: ANÁLISE AVANÇADA.....27 ✓

Gregory R. Guy

Tradução: Ana Maria Stahl Zilles

SOBRE OS CONTEXTOS EPISTEMOLÓGICOS DA
ANÁLISE DE ISCURSO.....51

Michel Pêcheux

Tradução: Ana Maria Dischinger Marshall e

Heloisa Monteiro Rosário

APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o primeiro número dos *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras*. Esta publicação responde a uma necessidade e atende a um desafio encampado pela atual direção da Unidade de abrir um canal para a atividade dos nossos tradutores (alunos e professores) e de todos os que têm interesse pelas questões envolvendo a matéria.

O Curso de Bacharelado de nosso Instituto que forma tradutores em seis línguas (Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano e Japonês) comporta e requer um espaço específico para a sua práxis. Além disso, há textos fundamentais na área dos estudos lingüísticos e literários que poderão agora ter seu acesso facilitado por parte dos alunos da Graduação e, sobretudo, da Pós-Graduação. Por isso mesmo, a proposta desses *Cadernos de Tradução* é a de oferecer a um preço reduzido um material didático de qualidade e que seja do interesse de um público amplo e diversificado, reduzindo consideravelmente a perniciosa e desleal prática do "xerox".

Espera-se igualmente com a presente publicação atender no devido tempo a uma demanda existente nas Ciências Humanas para a tradução de textos básicos de referência nas disciplinas afins, os quais estabelecem com as Letras uma rede interdiscursiva crucial na constituição dos sentidos que circulam nos espaços de entremeio dessa área do conhecimento.

O número inaugural da série dos *Cadernos de Tradução* coube à Profa. Neusa da Silva Matte, coordenadora do NET (Núcleo de Estudos de Tradução "Olga Fedossejeva"), responsável pela organização do volume e, igualmente, colaboradora com a tradução do texto que abre os Cadernos. Este texto - o *Outro da Tradução* - é da autoria de Theo Hermans, da University College London, importante figura na área da Tradução, o qual faz uma reflexão instigante sobre a intrincada relação entre o tradutor, o texto traduzido e a comunidade cultural a quem cabe a tarefa interpretante. O texto seguinte, traduzido pela profa. Ana Zilles, coordenadora do Projeto Varsul, é de Gregory R. Guy, sociolinguísta destacado que atua na York University (Canadá), na área da Variação, e que já esteve ministrando Cursos em nosso Instituto. Por fim, encerra este número um artigo de Michel Pêcheux, fundador e principal mentor da

Escola Francesa da Análise de Discurso, traduzido por duas alunas de nossos Cursos, respectivamente, Ana Marshall, da Pós-Graduação, e Heloisa Monteiro Rosario, da Graduação. O texto selecionado - "*Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*" - é leitura obrigatória nas disciplinas sobre o discurso no Programa de Pós-Graduação em Letras e discute as fronteiras e pressupostos teóricos que demarcam e distinguem essa forma de conhecimento.

Chegam assim, com muitas expectativas favoráveis, os primeiros *Cadernos de Tradução*, que esperamos cumpram o papel desejado por nossa Comunidade. Para isso, porém, torna-se imprescindível a cooperação efetiva de todos, apresentando sugestões e matérias de interesse para os próximos números, os quais terão sempre um novo organizador convidado.

Bem-vindos, todos, e boas leituras.

Profa. Maria Cristina Leandro Ferreira
Diretora do Instituto de Letras da UFRGS

OUTRO DA TRADUÇÃO : DIFERENÇA, CULTURA, AUTO - REFERÊNCIA

Theo Hermans¹

Tradução: Neusa Matte²

1.

Se é verdade que no princípio foi o verbo, então quase a partir do princípio houve um problema de tradução. Ou melhor: há neste princípio um problema de tradução que ainda está aqui, neste princípio, nesta palavra que se encontrava aqui quando comecei.

É evidente que estou me referindo à palavra bíblica, o ponto crucial evidente na abertura do Evangelho Segundo São João, 'No princípio foi o verbo' - embora, de fato, a palavra que estava lá no princípio fosse 'logos', já que o texto era em língua grega. Uma observação simples, bem sei, mas que vale como lembrete. Temos a tendência a negligenciar a tradução mesmo que ela nos encare de frente. Nós esquecemos facilmente o quanto a tradução é parte da construção da nossa cultura.

Mas há outro começo que instiga o 'logos' e que é atraído para o problema da tradução. Ele nos reporta a Aristóteles, mas permitam-me fazer minha abordagem com o auxílio de Hans-Gerog Gadamer. Na qualidade de um hermeneuta, Gadamer está muito atento às questões do significado e da interpretação. Em um ensaio de 1966 *Man and Language* - que, muito apropriadamente, tendo em vista o título, começa e termina com questões de tradução - Gadamer toma a definição clássica de Aristóteles do homem como um ser que possui 'logos'. Mais do que a tradução que define o homem como um 'ser racional', traduzir 'logos' como 'razão' ou 'pensamento' Gadamer prefere entender - e portanto, traduzir - 'logos' como 'linguagem'. O homem não é somente um ser racional, mas também, e principalmente, um animal que possui a linguagem. O ponto de Gadamer é que o aspecto que mais distingue o homem consiste na capacidade que tem de se comunicar além da esfera do dado imediato, por exemplo, se referindo a conceitos gerais ou abstratos, ou ao futuro. Através da linguagem o homem pode manifestar aquilo

¹ University College London

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Letras

que não é imediatamente presente aos sentidos. Isto permite a organização social complexa e a cultura.

À medida que a linguagem facilita a interação humana e fixa as formas de expressão culturais de forma mais ou menos permanente, ela requer interpretação constante. E como Gadamer nos lembra em alguns de seus ensaios dos anos sessenta, 'a hermenêutica opera onde quer que o que é dito não seja imediatamente compreendido.' Esta operação ocorre na primeira instância dentro da mesma tradição, quando os acidentes temporais e espaciais já erigiram obstáculos para a transmissão do significado lingüístico em textos escritos que passaram a parecer distantes, estranhos. De forma crucial, o processo envolve uma forma de tradução. Daí, como Gadamer afirmou, 'a partir da estrutura da tradução foi apontado o problema geral de tornar nosso o que é estranho a nós. Como este processo funciona na prática, dentro de uma mesma tradição cultural e lingüística, está ilustrado no capítulo inicial de *After Babel*, de George Steiner. O capítulo, que trata do tipo de decifração exigida para fazer sentido as linguagens como as de Shakespeare ou Noel Coward, é intitulado, adequadamente *Compreendendo a Tradução*.

Uma vez atingido este ponto, o ponto onde compreendemos 'compreender' como 'traduzir', podemos alargar nosso campo de abrangência. De fato podemos alargá-lo tanto que seria difícil delimitá-lo. A tradução quase que se torna a própria condição humana. Todo ato de compreensão envolve um ato de tradução de um tipo ou de outro. É tentador apelar para filósofos modernos como, por exemplo, Jacques Derrida, quando fala sobre a 'a terrível, irredutível dificuldade de traduzir', 'com o problema da tradução estaremos lidando com nada menos do que o problema da passagem para a filosofia.' Ou Donald Davidson: 'Estudar os critérios da tradução é, portanto, um meio de focar os critérios de identidade para esquemas conceituais.' Este não é o rumo que desejo tomar, mesmo porque não sou filósofo, muito menos um hermeneuta.

No entanto, quero permanecer com Gadamer por um instante. A hermenêutica pode inicialmente ter considerado seus esforços como inseridos na mesma tradição cultural e lingüística, mas na medida de seu ímpeto geral, seu 'problema de tornar o estranho familiar' se parece com a estrutura da tradução, não esta', com certeza confinada a operações monolíngües. O estranho é estranho porque é, por todas as razões de ordem prática, parte de um mundo estranho, uma língua estrangeira. Permitam-me citar Gadamer novamente, falando sobre a

hermenêutica como a transmissão, tradução de significados perdidos ou inacessíveis.

Como a arte de transmitir aquilo que é dito em uma língua estrangeira para a compreensão de uma outra pessoa, o fato da hermenêutica ser denominada a partir de Hermes, o intérprete da mensagem divina, tem a sua razão de ser. Se lembrarmos a origem do nome hermenêutica torna-se claro que estamos lidando com um acontecimento da língua, com a tradução de uma língua para outra, e portanto com a relação das duas línguas.

O que se torna claro a partir disso é que o modelo da hermenêutica é a tradução no seu sentido convencional, i.e., a tradução entre línguas. Os deuses falam uma língua diferente da nossa, e portanto Hermes tem que medir e interpretar entre eles e nós. As comunidades humanas também falam línguas ininteligíveis entre si. No final não interessa realmente se nós pensamos nesta ininteligibilidade como se estendendo diacronicamente dentro de uma tradição lingüística e cultural, com a barreira lingüística estabelecendo uma barreira sobre o tempo, ou sendo espalhada sincronicamente, sobre um certo espaço geográfico, com diferentes línguas sendo faladas lado a lado. O homem pode ser um animal lingüístico no sentido geral e abstrato. Sempre habitamos uma língua específica. Mais do que isto: a menos que encontremos meios de superar os limites de nossa língua em particular, permanecemos prisioneiros dela..

A sombra que cai sobre uma afirmação como esta é, sem dúvida a de Babel, da multiplicidade e da confusão das línguas. E é muito apropriado, como, de fato Derrida nos lembra, que 'Babel' assim como 'logos' é uma palavra que desafia a tradução. Se Babel espalhou a confusão lingüística e desse modo necessitou de tradução, também tornou a tradução profundamente problemática, começando com a palavra Babel, que pode ser tanto um nome próprio quanto comum significando exatamente 'confusão' - apesar de que parece haver alguma confusão sobre se, ou até que ponto, ele realmente significa confusão'. E, se compreender é traduzir, certamente Babel confunde igualmente o tradutor e o hermeneuta.

Seja o que for, antes de deixar que a hermeneutica resolva seus próprios problemas com Babel, permitam-me retirar do empenho hermenêutico dois aspectos que são de particular relevância para a tradução. Pelo menos para a tradução como comumente a entendemos. O primeiro é da transmissão e recuperação cultural, o

segundo, o da interpretação como meio de tornar inteligível aos outros através da explicação verbal e do comentário.

O primeiro, transmissão e recuperação, aponta para o tradutor como o capacitador, aquele que provê o acesso removendo barreiras, guiando através das lacunas que impedem a compreensão. O segundo, tornando inteligível, mostra como a capacitação e a provisão do acesso é obtida: oferecendo uma imagem refletida daquilo que por si própria permanece inatingível, apresentando uma reprodução, uma réplica, uma representação. O primeiro gera a metáfora da tradução como construtora de pontes, como aquela que carrega através, como 'translatio', como 'meta-fora'. O segundo apela para a tradução como semelhança, similitude, como imitação, como mímese, não do mundo dos fenômenos extra-lingüísticos, mas de outro texto, outra entidade de ordem lingüística.

As duas metáforas estão conectadas, porque acreditamos que nós, deste lado da barreira lingüística, colocamos no tradutor como mediador e capacitador depende da qualidade, ou da presumida qualidade, da tradução como semelhança, como um retrato fiel. Uma tradução, sendo um produto derivado, pode ser secundária e portanto, aquilo que está em segundo plano. Mas porque confiamos na integridade e boa-fé do mediador, assumimos que a réplica é 'tão boa quanto' a coisa real. A última coisa que queremos fazer é confiar em um falsário ou um falsificador.

Mesmo assim, isto é exatamente o que a tradução nos obriga a fazer. Está na natureza da tradução. É também o que torna a tradução digna de ser estudada. A imagem um tanto suave e tranqüila que acabei de pintar tem um 'outro' lado mais perturbador mas também muito mais interessante e instigante. A imagem suave e tranqüila pode ser parte da percepção convencional e da auto-preservação da tradução, mas ela apenas tenta disfarçar a realidade. E a razão pela qual isto acontece reside no reconhecimento de que a tradução, por seu presumido secundarismo, retira suas forças do fato de que ele é ainda nossa única resposta para, e nossa única saída de Babel.

O 'outro da tradução', então, compreende, entre outras coisas, as ambivalências e paradoxos, o hibridismo e a pluralidade da tradução, sua 'alteridade' assim como sua 'inadequação', se preferirem, em contraste com a percepção da tradução como réplica ou reprodução, referindo-se, simples e descomplicadamente (se for sempre de uma posição de inferioridade), a um original. Mas também quer dizer o significado da tradução como força cultural que

interpreta mal a visão comum da mesma, como mecânica e meramente derivativa, secundária, de segunda mão, de valor inferior.

2.

Permitam-me retornar ao momento em que trouxe à discussão a auto-apresentação da tradução. Este é o tipo de imagem auto-promocional - e altamente aceita - que se encontra ao proferir metáforas do tipo 'Falando através do intérprete, o Presidente Yeltsin declarou que...'. O que significa dizer: 'falando *através* do intérprete'? Ou uma variante: todos nós frivolumente declaramos ter lido Dostoiévsky e Borges e Sófocles, e Kazantzakis e Kafka e Kundera. Raramente alguém, garanto, leu todos estes na língua original. Lemos alguns ou a maioria deles em tradução. No sentido usual de tradução interlingüística. À medida que a tradução consegue, com sucesso, produzir, ou projetar, um senso de equivalência, um senso de transparência e de credibilidade, autorizando a tradução a funcionar como uma representação completa, portanto como um substituto confiável para o texto fonte, afirmações como 'eu li Dostoiévsky' etc. são uma versão abreviada legítima para dizer 'eu li uma tradução de Dostoiévsky' - o que significa dizer 'é praticamente tão boa quanto ler o original'. Mas notem bem: somente na medida em que a noção de equivalência, de igualdade em valor de uso prático, foi produzido. Temos a tendência a acreditar que esta noção de uma transparência da tradução como semelhança. Uma tradução, diríamos, é melhor sucedida quando o fato de ser uma tradução passa despercebido, i.e. quando consegue não nos lembrar de que é uma tradução. Uma tradução mais coincide com o original quando é mais transparente, quando se aproxima da semelhança pura.

Isto requer que o trabalho do tradutor seja, como costumava ser, negado, ou sublimado, e que todos os traços da intervenção do tradutor no texto sejam apagados. A ironia é que estes traços, estas palavras, são tudo o que temos, elas são tudo a que temos acesso deste lado da barreira lingüística. Yeltsin pode muito bem falar *através* do intérprete, mas tudo o que temos para fazer sentido são as palavras do intérprete. No entanto dizemos que Yeltsin afirmou isto e aquilo, que lemos Dostoiévsky. Embora seja precisamente esta voz original, presumidamente autorizada que está ausente, nós de forma casual afirmamos que é a única que se apresenta para nós.

Sentimo-nos com o direito de ser informais sobre isto porque nós entendemos a tradução como uma forma de discurso delegado, um tipo de fala por procuração. Isto implica não somente a consonância de vozes mas também uma relação hierárquica entre elas, assim como uma moral clara- freqüentemente até mesmo legal-imperativa, aquela da não interferência do tradutor. O imperativo tem sido formulado como um 'porta-voz honesto' ou a norma do 'verdadeiro intérprete' que recorre ao tradutor simplesmente e de acertadamente para re-afirmar o original, todo o original e nada senão o original. Nesta perspectiva, o modelo de tradução é a citação direta: nada omitido, nada acrescentado, nada mudado-exceto, é claro, a língua.

No momento em que paramos para pensar sobre isto, nos damos conta de que estamos alimentando uma ilusão. Mesmo sem invocar a problemática da separação do significado e significante ou de uma metafísica da presença, podemos verificar que a tradução não vai jamais coincidir com seu original. As línguas e as culturas não são sistemas simétricos nem mesmo isomórficos. Para cada exemplo de consonância, embora calculada, existe também dissonância. Não simplesmente a língua muda com a tradução; também muda o contexto, a intenção, a função, toda a situação comunicativa. Já que a intervenção do tradutor neste processo não pode ser neutralizada ou apagada sem traço, um modelo mais apropriado de discurso traduzido poderia ser o discurso indireto, antes da citação direta, somente porque o discurso indireto aumenta a distância e a diferença, reconhece a semelhança da manipulação e do mau uso, e é geralmente mais confuso na forma como superpõe e mescla as várias vozes que compõem a re-enunciação. É a diferença, a opacidade e a desordem que estão inscritas nas operações da tradução, não a coincidência ou a transparência ou a equivalência em nenhum sentido formal.. Falando de tradução em termos de equivalência significa engajar em um ato de fazer-crer elaborado- caso seja socialmente necessário.

3.

Várias avenidas mais ou menos filosóficas e pós-estruturalistas se abrem aqui, mas permitam que eu enfoque um aspecto imediatamente mais óbvio: a questão da suposta não-interferência do tradutor, que se traduz como a invisibilidade do tradutor no texto traduzido. Defendo a idéia de que os textos traduzidos, como os outros textos, apenas um pouco mais, são

sempre, de forma inerente, plurais, instáveis, descentralizados, híbridos. A 'outra' voz, a voz do tradutor, sempre se encontra lá. Mas devido à forma como nós sempre entendemos a tradução, preferimos, até mesmo requeremos que esta voz permaneça discreta. Na prática, muitas traduções se esforçam para estar em conformidade com esta proposta. Algumas vezes, porém, algumas traduções dão de frente com aquilo que poderíamos chamar de 'auto-contradição performativa'. As incongruidades resultantes que despontam no texto acontecem devido ao fato de que, enquanto nós geralmente aceitamos que os textos traduzidos são orientados em direção a um diferente tipo de leitor num contexto lingüístico e cultural diferente, esperamos que o agente, portanto a voz que efetuou esta reorientação, permaneça discreta, de forma que se esvaneça de uma vez por todas. Isto nem sempre é possível, e então a tradução pode ser flagrada escandalosamente contrariando sua própria performance. E, se podemos demonstrar a presença discursiva do tradutor nestes casos, podemos postular uma voz do tradutor, embora não-distinta, em todas as traduções. Permitam-me ilustrar este ponto com exemplos onde podemos discernir outras vozes introduzindo-se em um discurso onde elas não deveriam ser ouvidas.

O exemplo conduz àquilo que Roman Jakobson chamaria de função metalingüística da linguagem. Derrida fala de 're-marcação' da linguagem em um texto em que declara ser em uma determinada língua. Em tradução isto causa problemas, como de fato Derrida mostrou na sua discussão do final do capítulo *Discurso do Método*, de Descartes. Descartes diz, em francês, que escreveu este livro não em latim, mas em francês. A tradução latina do *Discurso* omite esta frase embaraçosa para evitar a auto-contradição de uma afirmação declarando, em latim, que o texto não é em latim, mas em francês. Derrida considera isto como um exemplo de intraduzibilidade institucional, que é uma observação perfeitamente válida, como, de fato, na versão latina a frase não foi traduzida. Para o leitor da versão latina, no entanto, a omissão não é imediatamente detectável porque a afirmação simplesmente não está lá. Em traduções para outras línguas que não o latim onde a frase é traduzida, a auto-contradição pode ser menos gritante, mas mesmo assim é bastante óbvia. A versão da Penguin, por exemplo, contém: 'E se escrevo em francês, em vez de latim...é porque....' A anomalia de ler um texto em inglês que declara, em inglês, que ele na verdade está escrito em francês, cria uma falha de credibilidade que os leitores só poderão superar ao

lembrarem-se de que o texto é, de fato, um tradução. Mas ao fazer isto, o leitor também se dá conta de que a voz que produz esta afirmação não pode pertencer a Descartes, ou somente a Descartes. É evidente que há uma outra voz atuando, uma voz que não deveríamos ouvir, que ecoa e imita a primeira voz, mas que nunca coincide inteiramente com ela. E esta outra voz está no próprio texto, em cada palavra do mesmo.

O próprio Derrida explorou este paradoxo da tradução mais de uma vez em seus escritos, ocasionalmente até desafiando seus tradutores a encontrar soluções para seu insistente jogo de palavras. Claramente, tais soluções, da maneira como são encontradas, estão tão carregadas de ironia que não conseguem ser lidas sem a consciência de que o texto contém outra voz intermitentemente audível que não pode ser reduzida à de Derrida. E quando nenhuma solução é encontrada, a inutilidade manifesta do texto traduzido não é menos reveladora no sentido em que explode seu fazer crer perante nossos olhos. Em todos estes casos podemos perguntar: de quem são as palavras que lemos? Quem exatamente está falando? E se estamos lidando com mais de um voz, onde as localizamos?

4.

O que está em questão aqui é mais do que umas vozes plurais, instáveis, narrativas descentralizadas. A questão das vozes aponta para um assunto mais amplo, o da tradução como um construto cultural, e portanto ideológico. Isso nos leva de volta à percepção usual da tradução como transparência e como duplicação, não somente consoante, mas coincidente com seu original. Requer que os tradutores também se tornem transparentes que eles desapareçam em detrimento da integridade e status do texto-fonte. Somente o tradutor que opera com a discrição e deferência da auto-anulação podem ser considerados confiáveis, que não vão violar o original. A auto-abnegação leal de um garante a primazia incontestável do outro.

Historicamente, a posição hierárquica dos originais *versus* as traduções tem sido expressa em termos de oposições estereotipadas tais como aquelas entre arte *versus* habilidade, autoridade *versus* obediência, liberdade *versus* repressão, falar em nosso próprio nome e falar em nome de outrem. Em cada exemplo, evidentemente, é a tradução que está circunscrita, subordinada, contida, controlada. E caso entendamos que estas hierarquias são naturais e necessárias, seria

útil lembrar que nossa cultura tem, freqüentemente, construído distinções de gênero em termos de oposições entre o criativo e o reprodutivo, o original *versus* o derivado, o ativo *versus* o passivo, o dominante *versus* o subserviente surpreendentemente similares. A questão aqui não é que o discurso sobre tradução é sexista ao lançar a tradução no papel de servente ou esposa fiel e subserviente, mas que a tradução tem sido cercada através de hierarquias ideológicas daqueles empenhados em manter as relações de poder sexual.

Há mais ainda. Desde que a teoria da literatura começou a dar ênfase ao papel do leitor, ao investir o texto com significado, e o papel da convenção e logo da intertextualidade na produção textual que não passam de variações dos modelos existentes de textos, passamos a apreciar, por outro lado, a inexatibilidade e irrepreensibilidade do significado e, por outro lado, a inexatibilidade e irrepreensibilidade do significado e, por outro lado, os vários mecanismos através dos quais nossa cultura, no entanto, tenta controlar o significado. Na noção de 'função do autor', estes dois aparecem juntos: a 'função do autor' é a figura ideológica que divisamos para manter livre a circulação do significado dentro dos limites. Fazemos isto, em primeiro lugar, posicionando um único sujeito unificador, com uma única voz, por detrás do texto. Desta forma suprimimos os aspectos incontroláveis do texto, seus pontos mais vagos, suas brechas, seus aspectos não intencionais e não imputáveis, suas pluralidades e heterogeneidades. A tradução, além disto, compõe e intensifica este crescimento refratário. As traduções fixam temporariamente as interpretações que, como construtos verbais, são elas mesmas abertas à interpretação. Elas transformam 'originais' que são eles mesmos transformações de textos que são transformações -etc. Elas aumentam a plurivocalidade de textos já plurivocais. Se, portanto, nossa cultura necessita de uma 'função do autor' para circunscrever o potencial semântico e a pluralidade dos textos, não é difícil de ver porque ela também, de forma enfática, criou uma 'função do tradutor', para conter o aumento exponencial em significação e plurivocalidade que a tradução ocasiona. Como um construto ideológico e histórico, a 'função do tradutor' serve para manter a tradução a salvo numa ordem hierárquica. As metáforas e oposições através das quais a tradução se define, as expectativas e atitudes que trazemos para o texto traduzido, as restrições legais sob as quais a tradução opera, todas concordam com esta função. Então dizemos que lemos Dostoiévsky. Da mesma forma como aceitamos

que a tradução mais segura é uma tradução 'autorizada'. Formalmente e legalmente aprovada pelo autor. O termo em si afirma a singularidade da intenção, a coincidência da voz, a ilusão da equivalência e, é claro, a inequívoca relação de poder e de autoridade.

5.

Esta linha de pensamento tem conseqüências radicais e abrangentes que as abordagens recentes da tradução estão começando a explorar. Permitam-me dar um passo atrás e retornar à noção de tradução como transmissão e mediação. Aqui também se trata de uma questão de discernir outros aspectos da tradução além daqueles ressaltados pela auto-imagem tradicional da tradução. Quero enfocar os elementos de disjunção e de diferença, não apenas nas traduções reais, mas nas idéias sobre tradução e o uso da tradução no contexto social e histórico.

Como sabemos, todos os textos requerem um quadro de referência compartilhado entre a fonte e o receptor para que possa funcionar como veículo de comunicação. As várias formas de deslocamento lingüístico, temporal e geográfico que a tradução causa também desloca este contexto compartilhado. Evidentemente, todos reconhecemos que, ao traduzir, ao relançar e re-embalar o texto-fonte para um novo recipiente em um circuito cultural diferente, uma forma de alteração e ajuste, e portanto, um grau de manipulação, invariavelmente acontece. Não é somente o fato do deslocamento que interessa. Tão interessante quanto é o condicionamento social e histórico, os modos particulares nos quais a tradução, já que diferentes comunidades a interpretam em diferentes épocas, transformam seu material primário. No estudo da tradução, a questão interessante não é se o texto foi transmitido mais ou menos intacto. O que interessa é a natureza das transformações forçadas e porque algumas transformações foram forçadas e não outras.

O que quero dizer é o seguinte. Ao traduzir, i.e., ao re-escrever transformar, apropriar-se e reposicionar um determinado texto-fonte, o tradutor sintoniza a entidade resultante com a nova situação comunicativa. Apenas o quanto, e que tipo de sintonia é permitida ou aceitável vai depender dos conceitos de tradução prevaletentes na cultura anfitriã, e de que tem o poder de impô-las. À medida que a tradução ou a 'função do tradutor' é interpretada como re-enunciação de um texto existente, a prática da tradução,

inevitavelmente, resulta em todos os tipos de tensões dentro do texto traduzido, bem distante do fato que ela transforma as traduções em coisas híbridas, que 'significam' muito na maneira em que outros textos significam, mas que também mantêm uma relação enfática com outro texto e em outra língua.

Ao mesmo tempo, as traduções não podem não conseguem se defender do emaranhamento nas formas discursivas da cultura receptora, incluindo todo o esquadrão de modos que a cultura possa ter desenvolvido para representar os discursos anteriores e codificados de forma diferente. A tradução como adaptação, pastiche, comentário, reformulação, paródia, plágio, etc.- é um modo de reciclagem textual entre outros. O modo específico, e sempre determinado historicamente, no qual a comunidade cultural interpreta a tradução, portanto, também determina o modo no qual a tradução, como um produto cultural se refere a seu texto doador, o tipo de imagem que a tradução projeta ou sustenta. Em outras palavras, o 'outro' ao qual o texto traduzido se refere, nunca é simplesmente um texto-fonte, apesar que seja, evidentemente, a reivindicação comum das traduções. Na melhor das hipóteses, é uma imagem dele - uma imagem refletida no espelho, talvez, desde que pensemos nela como uma imagem sempre distorcida, nunca inocente, podemos dizer que a tradução constrói ou produz ou, além disto, 'inventa' o seu original.

É razoável assumir, além disso, que as traduções são sempre feitas em resposta, ou em antecipação das exigências e necessidades de uma certa cultura. Se for este o caso, então a escolha de textos a serem selecionados, o modo escolhido para re-presentar ou projetar ou inventar o texto fonte, a maneira na qual a tradução é circunscrita e regulada em um determinado momento histórico, e a forma na qual traduções individuais são recebidas, tudo isto é muito revelador sobre a comunidade cultural. O que exatamente isto nos revela? No meu entender, a tradução oferece um índice de auto-referência cultural ou, se preferir, auto-definição. Ao refletir sobre si própria, uma cultura, ou parte dela, tende a definir sua própria identidade em termos de 'si' e do 'outro', i.e., em relação ao que ela percebe como diferente de si mesma, aquilo que está fora dos limites da sua esfera de operação, fora do seu próprio 'sistema'. A tradução oferece uma janela para a auto-definição cultural no sentido em que envolve não somente a seleção e a importação de bens culturais do mundo exterior, mas, ao mesmo tempo, a transformação dos mesmos em termos que a cultura receptora reconhece, pelo menos até certo ponto, como seus. E porque

a história da tradução deixa no seu rastro um grande número de textos duais, assim como inúmeras re-traduções e de textos traduzidos re-trabalhados, ela nos oferece uma série de construções culturais do 'outro' acessíveis e únicas, e, portanto, com evidência privilegiada de primeira mão dos trabalhos de auto-definição cultural. Nesta perspectiva, é muito claro que, a resistência ou indiferença à tradução, mesmo a ausência de tradução, pode ser tão informativa quanto a busca deste ou daquele tipo particular de tradução- e é importante lembrar que quando a tradução acontece, ele é sempre um tipo particular de tradução. Os tradutores nunca 'simplesmente traduzem'. Eles traduzem no contexto de certas concepções e expectativas sobre tradução. Dentro deste contexto eles fazem escolhas e tomam posições porque têm objetivos a alcançar, interesses a perseguir, interesses materiais e simbólicos a defender. Tanto o contexto como as ações dos indivíduos e dos grupos são socialmente determinados. Tradutores também são agentes sociais.

6.

Em resumo, onde uma cultura sente a necessidade ou vê a oportunidade de importar textos provenientes de além da barreira lingüística, e de fazê-lo por meio da tradução podemos aprender muito olhando de perto para coisas tais como: o que é selecionado para traduzir entre a gama de textos potencialmente disponíveis, quem toma as decisões relevantes: quem produz as traduções, sob que condições, para quem, com que efeito ou impacto; que forma as traduções tomam ,i.e. que escolhas foram feitas em relação às expectativas e práticas no mesmo campo discursivo e em campos comparáveis; quem fala sobre tradução, em que termos e com que autoridade. Exemplos para ilustrar este ponto poderiam ser virtualmente retirados de qualquer cultura em qualquer período.

Se consideramos que a tradução juntamente com as várias práticas próximas a ela merecem uma atenção mais consistente, tanto pela complexidade do fenômeno em si, quanto pelo seu interesse cultural, vale a pena avaliar o peso e significação precisos dos conceitos que governam esta prática, e explorar suas modalidades e parâmetros. Isto envolve investigação sobre a questão do que exatamente, em períodos e contextos diferentes, está coberto pelos vários termos e conceitos, as imagens e metáforas usadas para conceitualizar e posicionar a tradução. Significa, de forma mais ampla, investigar não somente a prática da tradução e os vários fatores

que a governam, mas também o discurso sobre tradução, i.e. sua auto-descrição histórica, e historicamente instável.

O traçado e o detalhamento paciente destas auto-descrições é freqüentemente o nosso único caminho para avaliar como a tradução foi conceitualizada no passado. Também oferece um *insight* no interior do presente texto sobre tradução, que, afinal de contas, traduz 'tradução' por meio de metáforas e conceitos comparáveis. Não são todas as nossas teorias de natureza essencialmente metafórica?

Há muita coisa para ser desenterrada, remontada e interpretada aqui, em parte, porque tradicionalmente, o material - traduções reais e a poética da tradução, tem recebido escassa atenção nas histórias literárias e culturais escritas, principalmente baseadas em uma só língua, inspiradas pelo conceito pós-romântico da originalidade, e centradas nos trabalhos e autores canonizados. Mas pode-se notar que o clima começou a mudar. A ênfase renovada da historiografia literária no contexto social e nas estruturas institucionais nas quais a literatura opera, criou espaço para o estudo dos fenômenos, tais como a tradução, até então marginalizados mas socialmente e intelectualmente relevantes. De igual importância tem sido o incessante questionamento sobre quase todos os conceitos-chave do estudo literário por um ramo ou outro da teoria literária recente. Como tais noções aparentemente homogêneas como o 'autor' ou o 'original' foram dismanteladas, o interesse nas formas híbridas, auto-referenciais, irônicas, intertextuais cresceu. E finalmente existe o fato de que nas décadas recentes o estudo da tradução em si tem aumentado significativamente sua abrangência quebrando seus moldes aplicados, prescritivos, ancilares para se engajar em vários tipos de pesquisas teóricas, empíricas e históricas. Ao invés de contribuir para a restrição da tradução na camisa de força da identidade e reprodução, estes experimentos mais ambiciosos trouxeram à tona a pluralidade irrepreensível da tradução, em todas suas manifestações e especulações históricas estranhas e maravilhosas.

Por toda sua interdisciplinaridade, alguns dos trabalhos atuais mais interessantes sobre tradução acontecem no contexto da teoria literária e da literatura comparada. O que é inteiramente apropriado, se não por mais nada, pelo fato da literatura comparada ter, há muito tempo, reconhecido o que George Steiner, em Oxford, há mais ou menos meio ano atrás, chamou a 'primazia da matéria da tradução' nos estudos literários comparativos.

Reconhecer a primazia da tradução é uma coisa, desenvolver um discurso adequado sobre tradução, uma metalingüagem viável, é outra. Considerando a complexidade da natureza híbrida, plural, desordenada da tradução não é de surpreender que um amplo leque de discursos estejam atualmente sendo empregados. Tradução, tanto como uma categoria intelectual, quanto como uma força social ativa, não é o tipo de assunto que possa ser reduzida ou aprisionada por uma única abordagem disciplinar. Mais ainda: cada discurso sobre tradução, seja qual for sua filiação disciplinar, é cercado por paradoxos profundos e inquietadores.

7.

Para avaliar este ponto, precisamos voltar, por um momento, para o ensaio, breve, mas influente de Roman Jakobson intitulado 'On Linguistics Aspects of Translation' de 1959. Ali Jakobson distinguiu de forma notória três tipos de tradução. São elas, em primeiro lugar: 'tradução intralingual, (ou -a reordenação das palavras (*rewording*) definido como interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua; em segundo lugar, 'tradução interlingual', ou a tradução propriamente dita, i.e. a interpretação de signos verbais por meio de outra língua; e, em terceiro, 'tradução intersemiótica, ou transmutação' a interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais.

Derrida, de forma perspicaz, comentou esta divisão tripartida salientando que, se para Jakobson a tradução intralingual é uma forma de tradução, então no próprio ensaio, o termo *rewording* é uma tradução do termo 'tradução intralingual'. Desta forma o primeiro e o terceiro termo da lista são traduzidos intralingualmente: 'tradução intralingual' é traduzida como *rewording* e 'tradução semiótica' é reescrita como 'transmutação'. Mas no termo do meio 'tradução interlingual' ou tradução propriamente dita', a palavra 'tradução' não é reescrita ou traduzida intralingualmente. Ela é simplesmente repetida, tautologicamente reafirmada. Esta forma de tradução é tradução: 'tradução interlingual' é 'tradução propriamente dita'. A adição do adjetivo 'propriamente dita' sugere, além disso, que as outras duas formas de tradução não são propriamente 'tradução'. Isso, como será analisado, debilita todo exercício de classificar os três juntos como muitos tipos de tradução.

A partir daí Derrida continua questionando a aparente transparência e homogeneidade de noções como tradução,

linguagem, etc. Estou interessado na questão mais prosaica de por que o paradoxo se encontra em primeiro lugar. Parece-me que a resposta reside no reconhecimento de que o ensaio de Jakobson está ancorado em, pelo menos, dois campos diferentes. Como uma afirmação lingüística, ou melhor, semiótica, a idéia de que 'reescritura e 'transmutação' constituem formas de tradução é perfeitamente aceitável. Do ponto de vista de alguém que está completamente engajado no estudo dos sistemas de signos, não há nenhuma boa razão para restringir o estudo dos fenômenos da tradução, excluindo formas intralinguais, intersemióticas ou, para este fim, intrasemióticas.

Mas vista do ponto de vista privilegiado da tradução tal como é comumente entendida, ou melhor, como ela é socialmente interpretada, legitimada e institucionalizada, a mudança não é permissível porque lá a tradução é tradução propriamente dita, e nada mais além disso. O desconforto, na formulação de Jakobson, brota da ambivalência e da transgressão ao declarar, primeiro, que o que entendemos por tradução propriamente significa somente tradução interlingual e que a tradução compreende outras operações comparáveis, não convencionalmente ou normalmente cobertas pelo termo 'tradução'. Ao ver o ensaio sob a perspectiva atual, podemos avaliar ambos como sendo parte de uma auto-descrição e auto-reflexão da tradução, que recai no interior ou no exterior, como sendo parte de uma disciplina acadêmica emergente dos estudos de tradução.

O que o exemplo mostra, acima de tudo, como outros campos das ciências humanas que não podem escapar do enredamento do objeto que descrevem, da mesma forma, o discurso sobre tradução, também, inclusive o discurso acadêmico, inclusive o presente discurso- traduz conceitos e práticas da 'tradução' para seus próprios termos. E o faz necessariamente baseado em um certo conceito de tradução. E efetuando desta maneira as operações que ele tenta descrever, fica implícita uma instituição social na auto-descrição que a tradução como um construto cultural. Neste sentido a reflexão histórica sobre tradução por praticantes e críticos da área, desde São Jerônimo até o presente, não podem estar separados da moderna metalinguagem empregada na pesquisa sobre tradução. No entanto, muito dos estudos de tradução hoje podem desejar auto-conscientemente, marcar a distância entre o nível do objeto e o meta-nível e enfatizar a orientação do seu discurso acadêmico para

outra série de discursos, a cumplicidade está sempre presente, e contribui, a seu turno, para a construção social e cultural da tradução assim como para a elaboração de uma disciplina acadêmica.

De certa forma, no entanto, isto serve apenas para confirmar que o nosso conhecimento sobre tradução é demarcado por nossa cultura. Isto, é claro, sempre soubemos. O problema se acentua à medida que nos deslocamos para além do nosso horizonte imediato, um deslocamento difícil de evitar quando tratamos de tradução. O problema vem à tona sempre que desejamos falar sobre 'tradução', geralmente como um dado transcultural ou imanente, ou possivelmente universal, ou quando tentamos captar o que outra cultura significa, seja ela distante no tempo e no espaço ou não, através de quais que sejam os termos usados para denotar uma atividade, ou um produto que aparece para traduzir como nossa 'tradução' - o que implica que traduzimos conforme nosso conceito de tradução, e para o nosso conceito de tradução. Se este é o caso, então o 'outro', que nossos termos, como traduções do 'outro', nos mostra, não irá definitivamente constituir uma imagem transparente ou uma representação fiel. Como vimos, a tradução nunca é diáfana, nunca é inocente ou pura, nunca destituída de suas vozes, distintas ou indistintas, e ressonâncias discursivas. Ao contrário, ela transforma e desloca tudo dentro de seu alcance ao ponto do nosso entendimento do conceito de tradução de uma outra cultura chega à tradução daquele conceito, está sujeito a todas as distorções e a todas as pluralizações desordenadas que acompanham a tradução. Além disso, como vimos também, a natureza e a tendência particular da distorção está socialmente condicionada e desta forma significativa por aquilo que nos informa sobre os indivíduos e as comunidades que efetuam a operação tradutória, i.e. sobre eles próprios como estudiosos da tradução. O estudo de tradução repercute nas nossas próprias categorias e acepções, nossos modos de traduzir a tradução.

Para aqueles de nós que levam o estudo da tradução a sério, não há saída fácil para estas situações. Mas podemos aprender com elas. A consciência das ciladas e a auto-reflexão da 'tradução cultural' como alguns etnógrafos e antropólogos sociais a chamam, não fará desaparecer os problemas, mas podem defender contra uma forma de imprudência que ignora a sua própria etnocentricidade e, cegamente, de forma redutora, traduz tradução para 'nossa' tradução, ao invés de tentar pacientemente, deliberadamente,

laboriosamente reconceptualizar nossos próprios modos de representação através da tradução.

O outro da tradução, portanto, não é somente o hibridismo e a estranheza da tradução como uma forma discursiva representacional. Não é somente a significação da tradução como uma força na história cultural e como um índice de auto-definição cultural. É também a desordenação da nossa tradução disciplinária da tradução. Mas desde que aproximemos estas várias transgressões com cautela, criticamente e auto-criticamente, poderemos, com sorte, vislumbrar a alteridade desconcertante da própria tradução, assim como das tentativas, históricas e contemporâneas, e dar conta delas.

NOTAS

1. Esta é uma versão abreviada levemente adaptada de *O Outro da Tradução*, apresentado como aula inaugural na University College London, em Marco de 1996.
2. GADAMER, Hans George. 'Man and Language (1966)', in: *Philosophical Hermeneutics*, trad. LINGE, David. Bekerley: University of California Press, 1977 (pp 59-68).
3. GADAMER, *Aesthetics and Hermeneutics* (1964), in: *Philosophical Hermeneutics*, p.98. Ver também *On the Scope and Function of Hermeneutical Reflection* (1967), ibid, p 18ff.
4. GADAMER, *On the Scope and Function of Hermeneutical Reflection*, *Philosophical Hermeneutics*, p.19.
5. STEINER, George. *After Babel*. Aspects of Language and translation. Oxford & New York: Oxford University Press, 1975, ver. 1992.
6. DERRIDA, Jacques *Dissemination*, trad. JOHNSON, Barbara. Chicago: University of Chicago Press, 1981. P. 72. DAVIDSON, Donald, *On the Very Idea of Conceptual Scheme* (1974) in: *Inquires into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1984, p184.
7. GADAMER, *Aesthetics and Hermeneutics*, *Philosophical Hermeneutics*, pp.98-99.
8. DERRIDA, Jacques. *Des tours de Babel*, in: Graham, Joseph ed. *Difference in Translation*. Ithaca Cornell University Press, 1985 (pp 165-248). *Roundtable in translation*, in: MCDONALD

- ,Christie ed., *The Ear of the Other. Otobiography, Transference, translation. Texts and Discussions with Jacques derrida*. Trad. KAMUF, Peggy. New York: Schocken, 1985 (pp. 93-161).
9. HARRIS Brian, *Norms and Interpretation, Target 2* (1990, 1, pp. 115-119).
 10. FOLKART, Barbara. *Le conflit des énonciations. Traduction et discours rapporté*. Candiag, Qu'bec: Editions Balzac, 1991.
 11. Uma exposição mais completa está para surgir in: *The Translator's Voice in Translated Narrative*, a ser publicado in: *Target*, junto com o texto de Giuliana Schiavi intitulado *There's always a teller in the Tale*, que aborda o mesmo tema. Modelos narratológicos costumam ignorar a presença discursiva do tradutor.
 12. DERRIDA, Jacques. *Ulysses Gramophone* (1987) trad. KENDALL, Tina e BENSTOCK, Shari in: ATTRIGE, Derek ed., *Jacques Derrida. Acts of Literature*. London & New York: Routledge, 1992, p257.
 13. DESCARTES, René. *Discourse on Method and the Meditations*, trad. F.E. Sutcliffe. Harmondsworth: Penguin, 1968, p.91.
 14. FOUCAULT, Michel. *What's an Author*, trad. HARARI, Josué, in: *Textual Strategies, Perspectives in Post-structuralist Criticism*, ed. HARARI, Josué. London: Methuen, 1980 pp 141-160).
 15. Ver também LITTAU, Karin. *Intertextuality and Translation: The Waste Land in French and German*, in: *Translation: the Vital Link*, ed. Catriona Picken. London: Chamaleon Press, 1993 (pp.63-69); e *Translation in the Age of Postmodern Production: from text to Intertext to Hipertext*, *Forum for Modern Languages Studies* (no prelo).
 16. NIRANJANA, Tejaswini, *Sitting Translation. History, Post-structuralism and the Colonial Context*. Berkeley: University of California Press, 1992, p 18.
 17. STEINER, George, in: *What is Comparative Literature?* Oxford: Clarendon Press, 1995, p11.
 18. JAKOBSON, Roman. *On Linguistic Aspects of Translation*, in: *On Translation* ed. BROWER, Euben, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1959 (pp.232-239).
 19. Ver nota 7.
 20. Ver BAKKER, Matthijs. *Metasprong en wetnschp: een kwestie van discipline*, in: *Vertalen historisch gezien. Tekst, metatekst, theorie*, ed. DELABASTITA, Dirk & HERMANS, Theo. The Hague Stichting Bibliographica Neerlandica, 1995 (pp141-162) para

- uma discussão de um ângulo desconstrucionista. O problema mais geral na histórica semiótica do 'traduzir a língua da fonte para a língua do pesquisador' o que significa que o 'instrumento da pesquisa semiótica é a tradução 'e envolve a historicidade do próprio pesquisador, é também tratado por LOTMAN, Yuri. *Universe of the Mind*. Trad. Ann Shukman. London: TAURIS, I.B, 1990, pp 269 ff.
21. Ver CLIFFORD, James & MARCUS, George eds. *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. MARCUS, George & FISCHER, Michael. *Anthropology as Cultural Critique. The Experimental Moment in Human Sciences*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1986. TAMBIAH, S.J. *Magic, Science, Religion and the Scope of Rationality*. Cambridge University Press, 1990.

VARBRUL: ANÁLISE AVANÇADA¹

Gregory R. Guy

York University, North York (Canadá)

Tradução: Ana Maria Stahl Zilles

0. Introdução. Este texto baseia-se em uma oficina ministrada durante o XVI NWAV². Seu objetivo é oferecer ao usuário do Varbrul uma visão geral, de caráter prático, de alguns dos métodos e problemas associados à análise quantitativa (de regra variável) de dados lingüísticos pelo programa desenvolvido por Sankoff e Rousseau. Os aspectos tratados aqui não devem ser vistos como notáveis descobertas originais do autor; ao contrário, a maioria desses tópicos faz parte das técnicas tradicionais de análise estatística. Mas, entre lingüistas, em geral, essas informações costumam passar de boca em boca, uma versão acadêmica da tradição pré-letrada da história oral. Isso constitui um obstáculo à rápida disseminação de uma técnica essencial a uma comunidade de estudiosos interessados. A informação tem que estar à disposição numa versão escrita acessível aos lingüistas. É isso que este texto tenta fazer. Eu o escrevo não como um desbravador ou inovador, mas como um mero compilador das histórias contadas por aqueles que sabem. Quaisquer falhas de interpretação são, é claro, de minha responsabilidade.

O adjetivo “avançada”, empregado no título deste texto, requer esclarecimento. O presente trabalho dirige-se àqueles que leram a respeito e talvez já tenham usado a metodologia Varbrul, e que gostariam de saber mais sobre como empregá-la melhor. Não é tão avançado a ponto de beneficiar um pesquisador experimentado na área, mas vai além do nível da mera introdução ao assunto. Assim, eu pressuponho pelo menos um conhecimento mínimo dos objetivos, técnicas e terminologia da análise Varbrul. Uma revisão muito breve desse conteúdo é fornecida abaixo, mas o leitor que não esteja minimamente familiarizado é aconselhado a revisar a literatura sobre

¹ N.T. Agradeço ao Prof. Gregory R. Guy a autorização para traduzir este texto, originalmente publicado em Ferrara, K. et al. (eds.) *Linguistic change and contact*. (Texas Linguistic Forum, vol.30) Austin: Univ. of Texas, Department of Linguistics, 1988. Agradeço, também, ao Prof. Álvaro Vigo, do Depto. de Estatística do Instituto de Matemática da UFRGS, pela leitura da tradução e por suas valiosas sugestões.

² N.T. O autor refere-se à XVI edição do encontro anual intitulado New Ways of Analyzing Variation.

o assunto como, por exemplo, Cedergren (1973), Cedergren & Sankoff (1974), Guy (1975), Sankoff (1975), Rousseau & Sankoff (1978), Sankoff & Labov (1979), Rousseau (1983).

1. Por que “regras variáveis”? A análise de regra variável foi desenvolvida na lingüística como uma forma de dar conta da variação estruturada, governada por regras, no uso da língua. Trata-se da variação lingüística que regularmente mostra taxas mais altas ou mais baixas de ocorrência em determinados ambientes; ou que regularmente predomina em determinados grupos sociais ou estilos de fala.

Um exemplo é o conhecido caso do /r/ posvocálico na cidade de Nova Iorque. Esse dialeto, originalmente “sem-r”, está começando a importar uma pronúncia “com-r” como uma norma de prestígio dos dialetos circundantes, por vezes denominados de *General American*³. O uso de realizações consonantais de /r/ posvocálico em Nova Iorque é nitidamente estratificado por classe social, ajustado em cada situação de acordo com o estilo de fala e condicionado por aspectos do contexto lingüístico como acento e segmento seguinte. Esses padrões são altamente sistemáticos em todos os grupos sociais, conforme ilustrado na Figura 1, extraída de Labov (1966).

Não se trata de “variação aleatória” ou “livre”, mas do que Weinreich, Labov & Herzog denominam de “heterogeneidade ordenada” (1968:100). Há claramente algumas “generalizações significativas do ponto de vista lingüístico [e social]” a serem capturadas aqui. Os grupos de classes mais altas usam mais /r/ em todas as ocasiões, e todos usam mais /r/ em seus estilos mais formais. Uma análise descritiva adequada dessa variação deveria definir claramente a natureza e a extensão de cada um desses efeitos condicionadores, permitindo “predizer” probabilisticamente a taxa aproximada de uso de /r/ por um certo indivíduo, dadas as informações sobre as características sociais da pessoa, da situação social e do contexto lingüístico.

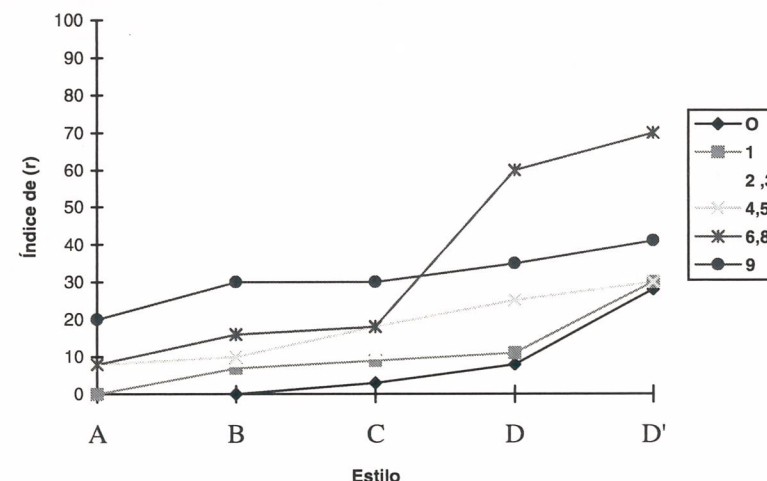


Figura 1 - Estratificação social de (r) na cidade de Nova Iorque (cf. Labov, 1966:240)

O objetivo da análise de regra variável é precisamente esse. Lidando com fenômenos variáveis, e não categóricos⁴, ela é necessariamente quantitativa. Qualquer generalização que possamos formular sobre a Figura 1 não poderia ser refutada por um contra-exemplo isolado, mas apenas por um teste estatístico realizado através de um conjunto de dados. Assim, a análise vai envolver a contagem das ocorrências da variável, a descrição de tendências e da extensão da variabilidade, bem como das restrições ou fatores que a influenciam, mediante métodos estatísticos.

Um problema analítico surge aqui, do fato de que não podemos fazer experimentos controlados que isolem cada um dos fatores a fim de testar seus efeitos sobre a variável em questão. Cada ocorrência de uma variável vem inserida em um enunciado e em um contexto social, que poderia abarcar um grande número de fatores que influenciam a escolha do falante, feita a partir de uma gama de alternativas. Portanto, a análise tem que ser necessariamente

³N.T. A expressão *General American* designa o dialeto mais geral dos EEUU, que inclui o Oeste, o Meio-Oeste (exceto a área dos Grandes Lagos) e parte do Leste, parte da Pensilvânia e de Nova Jérsei; distingue-se dos dialetos do Sul, de Nova Iorque, da Nova Inglaterra e dos Grandes Lagos.

⁴N.T. Mantive os adjetivos variável e categórico por serem de largo uso na lingüística. Na literatura estatística, empregam-se os termos aleatório e determinístico, respectivamente. Fenômenos aleatórios são regidos por leis probabilísticas, enquanto fenômenos determinísticos são, usualmente, regidos por leis físicas ou químicas. Estes, no contexto lingüístico, resultariam da aplicação de regras obrigatórias ou categóricas.

multivariada; em outras palavras, ela é uma tentativa de modelar os dados como uma função de várias forças simultâneas, interseccionadas e independentes, que podem estar atuando em diferentes direções. De fato, um dos produtos da análise é uma medida numérica do peso e da “direção” (favorável ou desfavorável) de cada força.

Tal análise deve basear-se em um grande *corpus* de observações da variável em muitos contextos diferentes e envolve a parcialização dos diversos efeitos, controlando-se um de cada vez. A Figura 1 ilustra como isso é feito. Discernimos os efeitos do estilo traçando a linha correspondente a cada grupo social. Seguindo a linha da esquerda para a direita, a inclinação é sempre ascendente. Assim, concluímos que, independentemente da classe social de um falante, estilos mais formais sempre evocam mais casos de /r/ pronunciado. Um contra-exemplo seria uma linha descendente: de fato, não ocorre nenhuma.

Da mesma forma, identificamos o efeito da classe controlando o estilo. Examinando a coluna correspondente ao estilo B, por exemplo, encontramos diferentes grupos socioeconômicos claramente estratificados, do status mais alto ao mais baixo. Quando observamos que o mesmo padrão também é verdadeiro nos estilos C e D, começamos a generalizar dizendo que o *status* se correlaciona com a pronúncia do /r/. Mas há leves discrepâncias nos pontos estilísticos extremos. Se temos ou não, num tal caso, violações significativas do padrão é uma questão que poderá ser respondida por meio de testes estatísticos.

O ponto importante aqui é que somente essas comparações controladas permitem que façamos generalizações válidas. Comparar os falantes da classe 9 no estilo B com os falantes da classe 1 no estilo D não revela nada sobre estilo ou classe. Ao contrário, uma ou outra das dimensões deve ser constante.

Para alguns leitores pode ser útil revisar a terminologia da análise de regra variável introduzida por Labov (1969) e Cedergren & Sankoff (1974). Uma “regra variável” é uma regra de reescritura sensível ao contexto que relaciona um par de variantes como $x \rightarrow y$, de modo que, quando a regra se aplica, ocorre “y” e, quando não se aplica, ocorre “x”. Cada uma das dimensões analíticas do contexto que determina se a regra se aplica ou não é chamada de “grupo de fatores”. No exemplo, ESTILO e CLASSE SOCIOECONÔMICA são os dois grupos de fatores. Cada grupo é formado de um conjunto de

“fatores” discretos; por exemplo, o grupo de fatores estilo compreende cinco fatores, A, B, C, D e D'. Cada combinação única de fatores descreve uma “célula”; por exemplo, [SEC 9, estilo A]⁵ é uma das células da Figura 1. Na análise quantitativa, cada fator recebe um “peso” (“valor do fator” ou “probabilidade”) — um número entre zero e um que caracteriza o efeito deste fator sobre a regra variável em questão (quanto mais alto o número, maior a chance de a regra se aplicar quando este fator estiver presente no contexto). E, finalmente, um conjunto total de dados é caracterizado por uma “probabilidade de *input*” (“ p_0 ”), que é, de fato, uma medida global do índice de aplicação da regra. Uma função matemática é usada para combinar os valores dos fatores e a probabilidade de *input*, a fim de produzir os índices esperados de aplicação da regra em cada célula. Diversas funções foram usadas na literatura; a que é favorecida atualmente é a “função logística”⁷ (ver Rousseau & Sankoff (1978) para os detalhes matemáticos).

No texto que segue discuto cinco questões que surgem no curso desse tipo de análise. Três delas decorrem da necessidade analítica de comparação controlada: ortogonalidade dos grupos de fatores, assimetria da distribuição dos dados e sobreposição da probabilidade de *input* a algum outro fator. A quarta questão diz respeito a um problema na estimação estatística dos efeitos restritivos: decidir o que é significativo. E a última é um problema universal da estatística multivariada: independência *versus* interação.

2. Ortogonalidade dos grupos de fatores. Para fazer o tipo de comparações controladas antes descritas, os grupos de fatores devem ser “ortogonais”, ou quase “ortogonais”. Isto é, eles devem coocorrer livremente, e não ser sub- ou supercategorias uns dos outros. No exemplo, um falante em qualquer SEC pode usar qualquer estilo de fala; todas as combinações possíveis de classe social e estilo ocorrem nos dados. Estilo não é uma subcategoria de classe social, e um dado estilo não é exclusivamente usado por apenas um ou dois dos grupos sociais. Essa é a verdadeira ortogonalidade, que permite o maior

⁵ N.T. SEC é a abreviatura utilizada para classe socioeconômica (em inglês, *socioeconomic class*).

⁶ N.T. Preferi manter a palavra inglesa *input* em lugar da tradução *entrada*, devido ao seu uso generalizado no contexto da análise com o Varbrul.

⁷ N.T. Na literatura estatística, encontra-se a denominação “modelo de regressão logística” neste caso.

âmbito de comparações controladas do tipo descrito acima. Mas, freqüentemente, esse ideal não é atingido. Então, temos que nos defrontar com a questão de até que ponto podemos nos desviar desse padrão e ainda obter resultados válidos.

Uma maneira de visualizar essa questão é dispor, de forma concreta, dois grupos de fatores ortogonalmente; isto é, colocá-los numa tabela bidimensional com um grupo de fatores em cada dimensão. Se fizéssemos isso com os dados nos quais a Figura 1 se baseia, todas as células da tabela seriam preenchidas, porque existem dados para todas as combinações de Estilo e SEC. Mas, num conjunto de dados com algumas células vazias, os problemas com a não-ortogonalidade poderiam surgir.

O pior caso seria o da Tabela 1, onde cada fator do grupo de fatores 1 coocorre com apenas um fator do grupo 2. Em outras palavras, todas as ocorrências de “a” são também ocorrências de “x”, e todas as ocorrências de “x” são também ocorrências de “a”. A mesma relação existe entre “b” e “y”. Essa configuração dos fatores apresenta um problema analítico impossível de resolver. Para atribuir efeitos a “a” e “b”, temos que controlar “x” e “y”. Temos que poder comparar o que “a” faz quando está associado a “x” com o que “b” faz quando está associado a “x”, e assim por diante, com todas as outras comparações controladas possíveis. Neste conjunto de dados, tais comparações não podem ser feitas; “a” e “x” sempre ocorrem juntos, e “b” e “y” também, de modo que seus efeitos nunca podem ser separados.

Tabela 1 - Grupos de fatores não-ortogonais: “o pior caso”

		Grupo de x	Fatores 2 y
Grupo de Fatores 1	a	(com dados)	(sem dados)
	b	(sem dados)	(com dados)

Para as finalidades do programa Varbrul, não importa se tais não-ortogonalidades ocorrem por acaso (simplesmente porque você não coletou nenhuma ocorrência nos contextos de [ay] ou [bx]), ou por impossibilidade estrutural (porque [ay] e [bx] representam impossibilidades lógicas ou combinações que não ocorrem em sua língua). Quaisquer que sejam as origens do problema, nenhum

procedimento analítico pode parcializar efeitos separados para dois grupos de fatores que apresentem esse tipo de distribuição dos dados.

Deve-se observar, contudo, que umas poucas células vazias numa tabela nem sempre criam um problema de ortogonalidade. A Tabela 1 seria analisável se, digamos, houvesse dados na célula [ay], mesmo que [bx] permanecesse vazia. Ainda seria possível fazer comparações controladas de “x” e “y” (no contexto de “a”) e de “a” e “b” (no contexto de “y”). Mesmo que tivéssemos menos confiança nessa análise do que em outra em que tivéssemos todas as células preenchidas, ainda assim poderíamos obter resultados úteis.

Essas questões podem se tornar mais concretas considerando exemplos de dados reais. Um tipo de padrão não-ortogonal é ilustrado na Tabela 2, extraída de Poplack (1980). Aqui, temos dois grupos de fatores que podem afetar o apagamento do sufixo de plural -s no espanhol de Porto Rico: posição da ocorrência em um SN e presença ou ausência de outras marcas de plural precedendo a ocorrência no SN. Obviamente, as combinações nessa tabela são, na maioria, impossíveis. Uma ocorrência na primeira posição (por exemplo, “las” em “las casas blancas”) não pode ter quaisquer marcas de plural precedendo-a, e uma ocorrência na segunda posição só pode ter uma marca de plural a precedê-la, quer preenchida, quer apagada. Então, de fato, somente seis das 18 células da tabela apresentam dados, na medida em que essas são as únicas combinações possíveis.

Tabela 2 - Espanhol de Porto Rico: apagamento do -s plural; efeito da posição no SN e da presença de marca precedente (cf. Poplack, 1980)

	Posição da 1	ocorrência 2	na cadeia 3
Marca(s) precedente(s):			
'nenhuma'	0,24		
S		0,44	
0		0,52	
0S,SS			0,40
S			0,68
00			0,73

Esses “grupos de fatores”, como eu os defini, são claramente não-ortogonais. Eles se aproximam da situação de “pior caso” descrita acima. Ocorrências de “primeira posição” são sempre precedidas por “nada” e ocorrências precedidas por “nada” são sempre de “primeira posição”. As comparações cruzadas que gostaríamos de fazer são, na

maioria, impossíveis. Não podemos ver nunca como a “terceira posição” se comportaria quando a marca precedente fosse simplesmente “S”, por exemplo. Desse modo, o procedimento analítico subjacente ao Varbrul não seria apropriado para esse tipo de codificação dos dados.

Um segundo exemplo vem do meu próprio trabalho sobre o português brasileiro. Percebi, já de início, que as variáveis que eu estava estudando apresentavam uma certa diferenciação sistemática quanto a sexo (com as mulheres favorecendo as variantes padrão mais do que os homens), mas restavam muitas diferenças idiossincráticas também. Então, num dado momento, tentei inadvertidamente analisar os dados com um grupo de fatores para “informantes” e outro para “sexo”, como ilustrado na Tabela 3. A metade das células fica, obviamente, vazia, devido a combinações impossíveis. Cada informante, é evidente, tem apenas um sexo, e a análise nunca pode comparar o comportamento, digamos, do informante 6 como masculino com o mesmo informante como feminino. Conseqüentemente, os valores calculados para o grupo de fatores sexo eram sem sentido.

Tabela 3 - Grupos de fatores não-ortogonais: subcategorização

		Sexo	
		M	F
Número do Informante	1	SIM	
	2	SIM	
	3	SIM	
	4		SIM
	5		SIM
	6		SIM

Tendo entendido o problema que a não-ortogonalidade apresenta, devemos considerar como identificá-lo, quando ocorre, e como resolvê-lo. A maneira mais simples de verificá-lo é examinar cuidadosamente qualquer esquema de codificação que tenha sido estabelecido antes de empreender a análise com o Varbrul. Mas se a vigilância pessoal falha em alguma ocasião, ou se a não-ortogonalidade surge de uma possibilidade de má-distribuição dos dados não observada, então o problema se manifestará nos resultados do Varbrul como (1) resultados sem sentido e/ou (2) não-convergência. Quando qualquer uma dessas possibilidades ocorre,

deve-se interpretá-las como um aviso para verificar a não-ortogonalidade dos grupos de fatores.

Sanar esse problema é relativamente simples. Basicamente, o que queremos evitar é qualquer situação em que um fator de um grupo coocorra exclusivamente com apenas um fator de algum outro grupo. Mas devemos notar que há vários tipos diferentes de distribuição envolvidos. O pior caso, identidade completa entre dois grupos de fatores, ilustrado na Tabela 1, envolve uma relação um-a-um em ambas as direções: cada ocorrência de “a” é um “x” e cada ocorrência de “x” é um “a”; e o mesmo para “b” e “y”. Quando há identidade completa entre dois grupos inteiros, ela é melhor resolvida eliminando-se, da análise, um dos grupos de fatores.

O segundo tipo de problema é a subcategorização, como na Tabela 3. Basicamente, o que acontece aqui é que cada categoria de sexo foi dividida segundo os indivíduos que as constituem, de modo que os códigos no grupo de fatores informantes são todos subcategorias de exatamente uma categoria no grupo de fatores sexo. Essa é uma relação de muitos para um: todos os dados produzidos pelo informante número um também foram codificados como tendo sido produzidos por um falante masculino, mas nem todos os dados produzidos por falantes masculinos foram produzidos pelo informante um. A solução mais simples para esse tipo de problema é, novamente, usar um só grupo de fatores constituído apenas das categorias superordenadas, neste caso, {M,F}, ou apenas das categorias subordinadas {1,2,3,4,5,6}, ou alguma combinação das duas, desde que nenhuma categoria superordenada seja usada, simultaneamente, com algumas de suas subordinadas. (Assim, um grupo composto pelos fatores {1,2,3,F} seria perfeitamente operável, mas não {1,2,3,4,F}, porque o informante 4 poderia, então, ser codificado seja como 4, seja como F.)

Finalmente, há combinações dos dois problemas, um com o outro, ou com fatores ortogonais normais nos mesmos grupos. O exemplo do espanhol na Tabela 2 combina os dois tipos de arranjos não-ortogonais (marcas precedentes codificadas como “nada” e posição “1” são idênticas, ao passo que as posições “2” e “3” têm, cada uma, diversas subcategorizações no grupo de fatores “marcas precedentes”).

A resolução de tais combinações dependerá de cada caso. De novo, uma possibilidade é a redução a um só grupo de fatores. Foi

assim que Poplack obteve os valores apresentados na Tabela 2. A análise incluiu somente o grupo de fatores “marcas precedentes”, sem um grupo de fatores separado para a “posição”; os resultados são apresentados em colunas separadas quanto às posições, simplesmente para ilustrar que há um padrão posicional nos dados (posições mais para o final favorecem o apagamento).

Mas suponha que sentíssemos que realmente havia dois efeitos diferentes (*i.e.* ortogonais) envolvidos num conjunto de dados como o de Poplack e não quiséssemos ignorar o padrão aparente na Tabela 2. Como poderíamos capturar isso dentro do quadro de comparações controladas necessárias para a análise multivariada? Fazê-lo envolve redefinição dos grupos de fatores. Nos dados de Poplack, por exemplo, poderíamos adotar um grupo de fatores “Posição” {posições 1,2,3} mais um grupo de fatores “Marcas precedentes”, redefinido segundo qualquer uma das seguintes possibilidades:

- “sim”: uma marca precedente ocorre em algum ponto da cadeia; “não”: não há nenhuma marca precedente na cadeia. (Essa possibilidade combinaria as categorias de Poplack “S”, “OS”, “SS” e “S0” como “sim”, e suas categorias “nada”, “0” e “00” como “não”.)

- “sim”: uma marca de plural está presente na palavra imediatamente precedente; “não”: não há marca de plural na palavra imediatamente precedente. (Essa possibilidade combina as categorias de Poplack “S”, “SS” e “OS” como “sim”, e “nada”, “0”, “00” e “S0” como “não”.)

- “sim”: uma marca de plural está presente na palavra imediatamente precedente; “não”: não há marca de plural na palavra imediatamente precedente; “não se aplica” (codificado como um espaço em branco na maioria das versões do Varbrul): não existe palavra precedente. (Essa possibilidade é semelhante ao esquema de codificação prévio, exceto por preservar um *status* único para as ocorrências de primeira posição. Quando algum grupo de fatores é codificado com “não se aplica” para uma determinada célula, não se realizam cálculos para aquele grupo de fatores em relação àquela célula. Isso não viola a ortogonalidade.)

Em síntese, sempre se deve tentar criar esquemas de codificação que evitem relações um-a-um entre fatores de diferentes grupos. Se tal

distribuição ocorrer mesmo assim, resolva-a eliminando um grupo de fatores, redefinindo um grupo de fatores de modo que ele seja, de fato, ortogonal, ou usando a opção “não se aplica” para substituir um membro de um par de fatores problemático.

3. Assimetria na distribuição dos dados. Discuti a ortogonalidade apenas em termos categóricos. Mas sendo um variacionista, não posso me furtar a enfatizar que a ortogonalidade também pode ser vista como uma propriedade escalar ou relativa. Dissemos que é impossível analisar uma distribuição de dados como a que está na Tabela 1, onde as células [ay] e [bx] não contêm dados. Mas o que aconteceria se elas tivessem apenas uma ínfima quantidade de dados, como na Tabela 4? A análise Varbrul funcionaria aqui?

Tabela 4 - Assimetria na distribuição dos dados (Número de ocorrências)

		Grupo x	de Fatores 2 y
Grupo de Fatores 1	a	100	2
	b	2	100

A questão aqui é como os dados se distribuem entre as categorias nos diferentes grupos de fatores. O caso analítico ideal é o de uma distribuição equilibrada com todas as células contendo números iguais, como ilustrado na Tabela 5. O cenário com o pior caso, na Tabela 1, tem uma distribuição coincidente entre os fatores “a” e “x” e entre os fatores “b” e “y”. No meio estão vários graus de distribuição assimétrica ou sobreposta, do que a Tabela 4 é um exemplo, com uma sobreposição de 98% entre “a” e “x” e entre “b” e “y”. Então, dessa perspectiva, o problema da não-ortogonalidade se resolve com a questão do grau de sobreposição que podemos tolerar e ainda obter resultados úteis.

Tabela 5 - Distribuição equilibrada dos dados (Número de ocorrências)

		Grupo de x	Fatores 2 y
Grupo de Fatores 1	a	50	50
	b	50	50

Para ilustrar o que acontece com vários graus de sobreposição, preparei uma série de conjuntos de dados hipotéticos, cada um com dois grupos de fatores {a,b} e {x,y} e quatro células. Todos os conjuntos de dados tinham os mesmos índices de “aplicação da regra” por célula, conforme mostra a Tabela 6, mas diferiam quanto ao número de ocorrências alocadas às células [ax] [by] (diagonal 1), em oposição às células [ay] e [bx] (diagonal 2). O primeiro conjunto tinha uma distribuição equilibrada, isto é, uma proporção de 50:50 entre as duas diagonais. O segundo tinha uma proporção de 10:90, o terceiro de 5:95, o quarto de 1:99, e o último tinha uma distribuição coincidente (isto é, 0:100). Todos foram analisados com o Varbrul2M (uma versão para Macintosh do Varbrul2 que está sendo desenvolvida pelo autor). Os resultados estão resumidos na Tabela 7.

Tabela 6 - Percentagens de aplicação da regra para os conjuntos de dados de teste

		Grupo de x	Fatores 2 y
Grupo de Fatores 1	a	66,6%	50%
	b	50%	33,3%

Tabela 7 - Resultados dos conjuntos de dados de teste, mostrando o efeito da crescente assimetria na distribuição dos dados

Proporção assimetria (diag. 1: diag. 2)	Significância		Pesos dos Fatores				Conver- gência (n° iter.)	Qhi ² por célula
	step- up	step- down	a	b	x	y		
50:50	sim	sim	0,59	0,41	0,59	0,41	4	0
10:90	não	sim	0,58	0,42	0,58	0,42	15	0,004
5:95	não	sim	0,58	0,42	0,58	0,42	não	0,012
1:99	não	não	0,53	0,47	0,53	0,47	não	0,121
0:100	-	-	0,50	0,50	0,50	0,50	(1)	(0)

Com uma distribuição equilibrada, obtemos resultados analíticos robustos e significativos, com os valores dos fatores demonstrando, como era esperado, que os fatores “a” e “x” substancialmente favorecem a “regra”. Ambos os grupos de fatores são significativos, a convergência é atingida prontamente, e o fator de erro “qui-quadrado por célula” é nulo, indicando que o modelo é perfeitamente adequado a esse conjunto de dados. Mas quando

começamos a ter distribuições altamente sobrepostas, todos esses resultados começam a cair. No nível de 90%, há um efeito do modelo sobre os grupos de fatores, a significância está começando a ficar pouco nítida, a convergência é atingida com muito mais dificuldade, e há um pequeno aumento no fator de erro. No nível de 95%, a convergência é totalmente perdida, e o fator de erro triplica. No nível de 99%, a significância também é totalmente perdida, os valores dos fatores são muito alterados, e o fator de erro novamente se multiplica, desta vez por 10. Finalmente, no nível de 100%, os valores dos fatores são sem sentido e não-significativos, e não há razão de prosseguir a análise para além da primeira iteração.

Que implicações têm esses resultados para o lingüista que esteja trabalhando com dados reais? Os detalhes vão variar em cada caso, mas podemos adotar certas “regras práticas”. Uma sobreposição de 90% é tolerável, ainda que se deva reconhecer que algumas distorções dos resultados provavelmente estejam ocorrendo; além disso, a análise já está demorando muito mais para ser feita. 95% de sobreposição é, provavelmente, o limite absoluto de capacidade de análise razoável. Um pesquisador seria muito imprudente ao confiar em (ou publicar) índices baseados em uma distribuição de dados com mais de 95% de sobreposição entre dois fatores de diferentes grupos.

4. Sobreposição de dados com p_0 . Um tipo de distribuição com sobreposição que freqüentemente passa despercebido, mas que pode distorcer da mesma forma os resultados analíticos, é a sobreposição entre um fator e a “probabilidade de input” — p_0 . Isso ocorrerá sempre que houver um grupo de fatores com um fator “i” que abarca 95% ou mais dos dados, acrescidos de um ou mais fatores {“j”, “k”, “l”...} no grupo, os quais, juntos, compreendem menos de 5% de todas as ocorrências. Uma distribuição coincidente surge aqui, porque esse fator “i” é encontrado em 95% de todas as ocorrências, enquanto p_0 , por definição, é o ambiente de 100% de todas as ocorrências. Então, quase todo o tempo, quando o algoritmo está tentando parcializar efeitos, ele não pode decidir se atribui um efeito a “i” ou a p_0 .

A primeira vez que me defrontei com esse problema foi em relação a uma análise de alguns dados do português brasileiro. Eu estava estudando restrições funcionais sobre a ocorrência do -s indicativo de concordância de número, sob a hipótese de que os falantes omitiriam as marcas de plural mais livremente se a

informação sobre a pluralidade fosse recuperável de algum outro ponto da sentença ou do discurso. Alguns dos resultados da análise aparecem na Tabela 8.

Tabela 8 - Português brasileiro: concordância no SN; efeito do local de informação adicional de plural (cf. Guy, 1981)

	% Plural Marcado	N	Prob.
Inform. adic. plural precede SN	61	152	0,24
Sem inform. adic. plural	61	8588	0,63
Inform. adic. plural segue SN	84	1046	0,65

Considerando os valores probabilísticos dos fatores, vemos que a marcação de plural parece fortemente desfavorecida pela presença de informação adicional de plural no discurso precedente ao SN que contém a ocorrência, mas quando não há tal informação, ou quando tal informação segue o SN, a marcação de plural de uma ocorrência é favorecida. Os pesos relativos para essas duas categorias favorecedoras são muito próximos (0,63 e 0,65); de fato, um teste de significância revela que eles não são significativamente diferentes. Isso sugere que há um simples efeito binário aqui: quando a pluralidade de um SN foi claramente estabelecida no discurso antes de ele ser pronunciado, ela não terá que ser morfológicamente indicada, com frequência, dentro do próprio SN; do contrário, as marcas morfológicas serão mais importantes.

Contudo, se implementamos tal análise, surge um grande problema de distribuição. O exame da coluna N revela que a combinação dos dois últimos fatores do grupo produz um superfator, que caracteriza 98,5% dos dados do *corpus*, em contraposição a um microfator, que compreende apenas 1,5% dos dados. O superfator é, assim, quase coincidente com a probabilidade de *input*, e todos os efeitos de distribuições sobrepostas que já foram descritos acima começam a acontecer com esta análise: valores instáveis para os fatores deste grupo e para a probabilidade de *input*, que mudaram radicalmente com pequenas revisões no esquema de codificação, impossibilidade de atingir convergência e significância, etc. A moral da história é que as mesmas regras práticas que estabelecemos para sobreposições entre dois fatores de grupos diferentes se aplicam a sobreposições entre qualquer fator e a probabilidade de *input*: não exceda os 95%.

5. Teste de significância dentro dos grupos de fatores. No trabalho recente com regras variáveis tem-se prestado bastante atenção à significância de grupos inteiros de fatores. Isso se deve, sem dúvida, à ampla disponibilidade dos programas Varbrul2 e Varbrul3, os quais, automaticamente, calculam as significâncias dos grupos de fatores através do procedimento *step-up/step-down*⁸. Mas, em minha experiência, isso seguidamente leva os usuários a negligenciarem refinamentos analíticos dentro dos grupos.

Freqüentemente, começamos uma análise com uma lista exhaustiva de contextos detalhadamente discriminados, que incluem todas as distinções que podemos conceber como possivelmente relevantes. Mas muitas ou a maioria dessas distinções acabam por não ter efeito real sobre a variável que está sendo investigada. Nosso objetivo, como em qualquer empreendimento científico, deveria ser atingir uma análise que fosse EFICIENTE, GERAL e PODEROSA. Isso quer dizer que temos que identificar os fatores não significativos, que em nada contribuem para a análise, e eliminá-los. Esse é o dogma básico do método científico conhecido como "Navalha de Occam": sempre minimize o número de princípios explanatórios.

Na prática, fazer isso numa análise de regra variável envolve um duplo processo:

1. identificar as combinações de fatores que são LINGÜISTICAMENTE mais gerais e
2. verificar se são QUANTITATIVAMENTE similares, em termos de seus efeitos sobre a variação em estudo.

Assim, caso se estivesse examinando alguma variável sintática para a qual uma distinção inicial entre sujeitos, objetos diretos e objetos indiretos tivesse sido feita, poderia ser razoável tentar uma reanálise em que os dois tipos de objetos fossem reunidos, desde que os valores probabilísticos obtidos para ambos estivessem muito próximos. Seria criado um conjunto de dados recodificados, no qual esse grupo de fatores se tornaria simplesmente sujeito *versus*

⁸ N.T. Mantive as expressões *step-up/step-down* do original por seu largo emprego entre os usuários dos programas Varbrul. Na literatura estatística, esses termos correspondem a métodos automáticos de seleção de modelos, denominados *stepwise*, *forward* e *backward*.

objeto, ao qual se aplicaria o teste padrão para significância. Mas não seria razoável a adoção de um procedimento como o que descrevo a seguir. Digamos que se tivesse notado que os objetos indiretos e os sujeitos tivessem valores probabilísticos similares e, então, se decidisse reuni-los numa só categoria, oposta a objetos diretos. Na falta de qualquer generalização lingüisticamente significativa sobre propriedades comuns que unissem sujeitos e objetos indiretos, esse procedimento geraria lixo, de acordo com a antiga lei da ciência da computação que diz: *garbage in, garbage out*⁹.

Novamente um exemplo com dados reais servirá para iluminar a questão. A Tabela 9 apresenta alguns resultados de Guy (1981) mostrando o efeito da posição do sujeito sobre a regra variável de concordância sujeito-verbo no português brasileiro. Inicialmente, cinco categorias foram distinguidas, incluindo dois casos separados em que não havia sujeito na superfície. Na categoria 2, a referência plural do sujeito ausente é recuperável pelo complemento, em sentenças como *São cinco irmãos*. Na categoria 3, a pluralidade da referência é recuperável a partir de algum outro ponto do discurso, geralmente por continuidade de referência a um determinado tópico de discurso. (Casos em que a pluralidade da referência não pode ser estabelecida de modo algum são, necessariamente, omitidos do *corpus*, devido a um paradoxo do observador. Ver Guy (1981:243) para maiores detalhes.)

Acontece que essas duas categorias têm valores muito próximos: 0,61 e 0,55. Elas também têm muita coisa em comum do ponto de vista lingüístico: constituem todos e os únicos casos coletáveis com sujeito zero na superfície. Combiná-las em um único fator só eliminará a distinção secundária quanto a como a pluralidade da referência é estabelecida. Numa reanálise, portanto, eu reuni esses dois fatores em um e constatei, por meio do teste de *log-likelihood*¹⁰, que a distinção assim eliminada não era significativa ($p > 0,70$). Podemos concluir que a distinção original era irrelevante para essa regra, e sua eliminação produz um modelo mais geral e eficiente da variabilidade.

⁹N.T. Na área da computação, usa-se a expressão em inglês, daí mantê-la no original. Seu significado corresponde, aproximadamente, a "lixo que entra, lixo que sai", ou seja, se o dado colocado na entrada (no *input*) não contiver informação relevante sobre o fenômeno, o resultado (o *output*) também não será relevante.

¹⁰N.T. Mantive a expressão *log-likelihood* do original, por ser a forma mais freqüentemente usada no contexto; sua tradução é logaritmo da função de verossimilhança.

Tabela 9 - Português brasileiro: concordância sujeito-verbo; efeito da posição do sujeito (cf. Guy, 1981)

	% Marca de Plural	N	Probabilidades	
1. Sujeito superficial (S.S.) precede imediatamente o verbo	74	1	0,66	0,67
2. Não há S.S., mas a pluralidade é recuperável pelo complemento	68		0,61	
3. Não há S.S., mas a pluralidade é recuperável pelo discurso	63	7	0,55	} a } } b } 0,51
4. S.S. precede o verbo e está distante	56	597	0,43	
5. S.S. segue o verbo	27	199	0,27	0,32

^a diferença não significativa ($p > 0,7$). ^b diferença não significativa ($p > 0,5$)

Também podemos notar, na análise original, que a categoria 4 está relativamente próxima, quanto ao peso, das categorias 2 e 3; ao menos, próxima o suficiente de 3 para justificar o uso do teste de significância. A generalização lingüística que pode ser feita sobre as três categorias é que, enquanto nas categorias 1 e 5 há um sujeito superficial ADJACENTE ao verbo, em 2, 3 e 4 não há. Assim, mais uma reanálise foi feita, reunindo a categoria original 4 com as categorias 2&3 já combinadas. Novamente essa distinção se mostrou não significativa ($p > 0,50$).

Feitas essas combinações, chegamos à análise mais geral e eficiente possível, que é apresentada na última coluna da Tabela 9. Um sujeito precedendo imediatamente o verbo favorece a marca de concordância de plural, um sujeito posposto desfavorece, e um sujeito apagado ou distante tem um efeito neutro.

Procedendo dessa maneira, atingimos resultados inteligíveis e gerais. Mas suponha que tivéssemos adotado a abordagem errada, agindo com base apenas na similaridade quantitativa. Os dois valores probabilísticos que mais se aproximavam, na primeira análise, eram, na verdade, os fatores 1 e 2, que diferem em apenas 0,05. Reuni-los pode ou não produzir um resultado estatisticamente significativo, mas o que a categoria combinada resultante SIGNIFICARIA? Que generalização lingüística nos permitiria reunir um sujeito imediatamente pré-verbal com um tipo de sujeito apagado, sem incluir outros sujeitos apagados ou outros sujeitos pré-verbais? Para usar um termo da fonologia, as categorias 1 e 2 não formam uma CLASSE

NATURAL, independentemente de sua similaridade numérica calculada.

Esse exemplo também ilustra o fato de que o trabalho quantitativo não é um substituto, mas apenas um acessório para a análise lingüística. O programa Varbrul apenas realiza manipulações matemáticas sobre um conjunto de dados. Ele não nos diz o que os números significam, muito menos faz lingüística por nós. Se estamos perguntando: "Qual seria a melhor generalização lingüística?", a resposta vem de nossa teoria lingüística, não de um programa estatístico.

6. Independência e interação. A análise do Varbrul difere de alguns outros tipos de análises multivariadas pelo fato de pressupor que os vários grupos de fatores têm efeitos independentes. Mas os usuários deveriam compreender claramente que ELES não devem pressupor essa independência. Ao contrário, devem ter consciência dos problemas criados pela interação, saber como detectá-la quando ocorre e saber o que fazer a respeito.

Discussões sobre como detectar e lidar com a interação podem ser encontradas em Cedergren (1973) e em outros textos da literatura. Para minimizar a repetição, vou apenas revisar brevemente os pontos que são enfatizados em outros lugares e me concentrar, aqui, em alguns outros aspectos do problema. A maneira básica de detectar a interação com o Varbrul, como ilustra Cedergren, é procurar altos valores de qui-quadrado naquelas células em que os fatores em interação coocorrem. Todas as versões do programa vão gerar uma lista de valores de qui-quadrado por célula no resultado, de modo que basta examinar essa lista em busca de valores altos (ignorando os que são artificialmente inflacionados por células de tamanho pequeno: N de 1 ou 2). Se existem vários desses valores, envolvendo coocorrência repetida de um determinado par de fatores, a interação provavelmente é a causa. O qui-quadrado é uma medida de bom ajuste entre o modelo, que pressupõe a independência, e os dados, que podem ter interação. Quando o ajuste é ruim, em geral, isso se deve à interação.

Outra técnica útil para examinar a independência de dimensões analíticas é comparar os resultados de uma análise contendo múltiplos grupos de fatores com os de uma análise contendo um só grupo de fatores. Por exemplo, se estivéssemos examinando

algum processo fonológico que fosse condicionado por consoantes adjacentes, poderíamos criar um grande grupo de fatores contendo todos os segmentos consonantais da língua, ou poderíamos ter três grupos de fatores diferentes, que classificassem cada segmento segundo Ponto, Modo e Vozeamento. De fato, a análise com três grupos testaria os vários traços distintivos separadamente, quanto a seu efeito sobre a regra, enquanto a análise com um grupo consideraria cada segmento como um todo não analisado, sem qualquer afirmação sobre classes naturais de segmentos.

Um exemplo similar envolvendo fatores sociais seria o de uma análise que tivesse um grupo de fatores para sexo e outro para classe (digamos MC versus WC)¹¹, em comparação com uma análise que tivesse um só grupo com quatro fatores, um para cada subgrupo da população: {homens de WC, homens de MC, mulheres de WC, mulheres de MC}.

O teste de independência neste procedimento envolve comparar os valores probabilísticos obtidos pelas duas análises. Se os índices da análise com um só grupo podem ser mapeados numa tabela, de forma sistemática, alinhados de acordo com o previsto pela análise com múltiplos grupos de fatores, não há interação. Mas, se algum subgrupo de segmentos ou subgrupo social não se alinha como esperado com base na análise de "traços" (com múltiplos grupos), então há uma possibilidade de interação. Em nossa análise de classe-por-sexo, a interação surgiria se o seguinte caso ocorresse. Suponha que a análise com dois grupos apresentasse probabilidades mais altas para homens do que para mulheres, e para falantes da classe trabalhadora do que para falantes da classe média. Então, esperaríamos que, na análise com um só grupo, o peso para homens da classe trabalhadora fosse maior do que o valor para homens da classe média, entre outras coisas. Se isso não fosse verdade, se, digamos, esses dois índices fossem iguais ou invertidos, então seria provável que classe e sexo não fossem independentes.

Um exemplo ajudará a esclarecer essas questões. Na Tabela 10 estão listadas as probabilidades obtidas em Guy (1981) para o efeito de uma consoante seguinte sobre o apagamento de -s final. A análise por traços mostra que as consoantes vozeadas favorecem o apagamento mais do que as não-vozeadas, me que há um efeito do

¹¹ N.T. MC - Middle Class/ Classe Média; WC - Working Class/Classe Trabalhadora

ponto de articulação envolvendo um pico de apagamento para dentais e um valor mínimo para velares.

Se os resultados da análise por segmentos refletisse perfeitamente os resultados da análise por traços, então cada segmento vozeado deveria ter um valor mais alto do que sua contrapartida não-vozeada no mesmo ponto de articulação. Também os valores em cada linha da tabela com a análise por segmentos deveriam ser assim ordenados: dentais > labiodentais > labiais > velares. Essas relações se mantêm para todos os valores da tabela exceto um, o segmento /g/. Esse valor é MAIS BAIXO do que o de sua contrapartida não-vozeada /k/, quando deveria ser mais alto. Com base no padrão geral, seria de esperar que /g/ tivesse um valor entre 0,35 e 0,40, em lugar de 0,12. Isso significa que deve haver, com efeito, alguma interação entre os traços [+vozeado] e [velar]. A consequência estatística é que a análise por traços se mostra significativamente PIOR em relação ao *log likelihood* do que a análise por segmentos ($p > 0,05$). (É a análise por traços que é piorada pela interação, pois envolve mais restrições. Ela tenta reunir classes naturais de segmentos, ao passo que a análise por segmentos permite que o peso de cada segmento flutue livremente, sem ser restringido pela atuação de outros segmentos foneticamente similares).

Tabela 10 - Português brasileiro: apagamento de -s final; efeito da consoante seguinte (Probabilidades de apagamento, cf. Guy, 1981)

Análise por segmentos				Análise por Traços			
b	v	d	g	Vozeamento:			
0,47	0,63	0,72	<u>0,12</u>	segmentos vozeados:		0,58	
				segmentos não-vozeados:		0,42	
p	f	t	k	Ponto:			
0,38	0,45	0,53	0,27	labial	labiodental	dental	velar
				0,50	0,54	0,64	0,32

Então, tendo identificado uma interação potencial aqui, o que deveríamos fazer a respeito? Há duas respostas para essa pergunta, dependendo do objetivo que temos em mente. Analiticamente, há um recurso aceito para tratar a interação dentro do quadro do Varbrul, por meio de um termo de interação ou “traço de exceção”. Isso é feito pelo acréscimo de um grupo extra de fatores à análise por traços, digamos {x,y}, em que “x” é codificado em cada célula contendo os

traços [+vozeado] e [velar] (i.e. cada célula contendo o caso excepcional de /g/), e “y” é codificado em todas as outras células. A análise resultante atribuirá o valor excepcionalmente baixo de /g/ ao fator “x”.

A razão para se fazer isso é que os valores obtidos SEM usar um traço de exceção serão distorcidos pela interação. Se /g/ é excepcionalmente baixo, então os valores calculados para [+vozeado] e [velar] também serão demasiado baixos, a fim de atingir um ajuste estatístico melhor entre o modelo e os dados. Quando a natureza excepcional de /g/ é acomodada pela inclusão de um termo de interação no modelo, uma estimativa mais acurada dos valores dos outros fatores pode ser obtida.

A segunda resposta à pergunta “o que fazer” é teórica — trata-se de investigar e comprovar que os resultados estão errados ou são suspeitos, e que realmente não há interação. Faz-se isso quando se está confiante, com base na teoria ou em outros aspectos independentes, de que não deveria haver qualquer interação entre os termos em questão e se suspeita dos resultados. No presente caso, eu não pude achar qualquer explicação razoável para que /g/ se comportasse de forma peculiar no condicionamento do apagamento de -s, o que me levou a duvidar desse resultado. Se fosse um caso de interação entre alguns parâmetros sociais como, digamos, sexo e ocupação, eu não teria a mínima desconfiança. Mas o resultado em questão era teoricamente improvável, por isso, busquei explicações alternativas.

Uma possível resposta foi encontrada na quantidade de dados neste caso. Os números de ocorrências (N) correspondentes à tabela 10 estão na tabela 11. Aí vemos que o segmento desviante /g/ tem, de longe, o menor número de ocorrências sustentando os resultados analíticos. Então, neste caso, apesar da significância estatística no nível de 0,05, eu decidi não me preocupar com isso. É preciso lembrar que, neste nível de significância, ainda se espera que um caso em vinte seja produzido por flutuação puramente aleatória dos dados. Em outras palavras, há uma chance em vinte de que o valor de /g/ anormalmente baixo tenha surgido porque aconteceu, de forma bastante aleatória, que o conjunto de -s finais seguidos de palavras começadas por /g/ que encontramos incluíam, apenas por acaso, um reduzidíssimo número de apagamentos. Neste exemplo, minhas expectativas teóricas eram fortes o suficiente para que eu interpretasse o resultado como sendo aquele único caso em vinte. Obviamente, essa

visão pode ser testada por replicação: coletar mais casos, digamos, mais 75 ou 100 ocorrências de -s final antes de /g/ e ver se a mesma taxa reduzida de apagamentos prevalece. Se isso ocorrer, o fenômeno é real e requer explicação; caso contrário, minhas desconfianças estarão confirmadas. Deixo essa tarefa a algum leitor interessado.

Tabela 11 - Português brasileiro: apagamento de -s final; número de ocorrências por consoante seguinte (cf. Guy, 1981)

b	v	d	g
122	278	736	75
p	f	t	k
497	314	498	961

7. Conclusões. O Varbrul é uma ferramenta poderosa e extremamente útil para a análise da variação lingüística. Como acontece com qualquer ferramenta, sua utilidade é acentuada por uma compreensão de suas operações e de suas limitações. Mas não se deve nunca perder de vista o fato de que, na análise final, o Varbrul é apenas um recurso (embora sofisticado) para a manipulação dos dados. Não discerne padrões, não faz generalizações, nem explica achados. Isso tudo é com você.

Referências Bibliográficas

- CEDERGREN, Henrietta J. *The interplay of social and linguistic factors in Panama*. Dissertation, Cornell University, 1973.
- _____. & SANKOFF, David. Variable rules: Performance as a statistical reflection of competence. In: *Language*, 1974, 50: 233-55.
- GUY, Gregory R. Use and applications of the Cedergren/Sankoff variable rule program. In: FASOLD, Ralph W. & SHUY, Roger W. (eds.) *Analyzing variation in language*. Washington: Georgetown University Press, 1975. p.59-69.
- _____. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the phonology, syntax, and language history*. Dissertation, University of Pennsylvania, 1981.
- LABOV, William *The social stratification of English in New York City*. Arlington, VA: Center for Applied Linguistics, 1966.

- _____. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. In: *Language*, 1969, 45:715-762.
- POPLACK, Shana. The notion of plural in Puerto Rican Spanish: Competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, William. (ed.) *Locating language in time and space*. New York: Academic Press, 1980. p. 55-68.
- ROUSSEAU, Pascale. *A versatile program for the analysis of sociolinguistic data*. Université de Montréal, Centre de Recherche de Mathématiques Appliquées, 1983. (CRMA-1163).
- _____. & SANKOFF, David. Advances in variable rule methodology. In: SANKOFF, David. (ed.) *Linguistic variation: models and methods*. New York: Academic Press, 1978. p. 57-69.
- SANKOFF, David. *VARBRUL version 2*. [Unpublished manuscript]. 1975.
- _____. & LABOV, William. On the uses of variable rules. In: *Language in Society*, 1979, 8:189-222.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, Winfred & MALKIEL, Yakov. *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

SOBRE OS CONTEXTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO¹

Michel Pêcheux

Tradução: Ana Maria Dischinger Marshall
e Heloisa Monteiro Rosário.

Se nos basearmos nas designações acadêmicas em voga no CNRS e na universidade, a análise de discurso na França² é, primordialmente - e isso desde 1965, aproximadamente -, tarefa de *lingüistas* (referindo-se inicialmente ao distribucionalismo harrisiano, no lançamento dos trabalhos de J. Dubois), mas também de *historiadores* (na maior parte das vezes, especialistas no século XVIII e na Revolução Francesa), e de alguns *psicólogos* (especialistas em psicologia social, em ruptura crítica com essa disciplina).

Deve-se logo acrescentar que, para além das designações acadêmicas profissionais, a referência às problemáticas filosóficas e políticas surgidas ao longo dos anos 60 formou amplamente a base concreta, transdisciplinar, de um encontro - freqüentemente atravessado por fortes enfrentamentos e apenas raramente correspondendo às divisões profissionais - sobre a questão da construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos.

Certamente, as pesquisas sociohistóricas conduzidas por diferentes correntes e escolas não esperaram pela análise de discurso para descrever e/ou construir teoricamente tais processos, através da análise das lutas políticas, funcionamentos e disfunções institucionais, debates e afrontamentos de toda ordem.

Exceto por razões externas (de identificação, datação, origem, confiabilidade...), a historiografia documental não tematizava, portanto, a discursividade do documento, sua língua, seu estilo ou sua escrita, o que não a impedia, aliás, em tal circunstância, de levar em

¹ Texto inédito em francês

² O termo *Discourse Analysis* designa uma outra via de pesquisa, própria ao espaço intelectual anglo-americano. O encontro-confrontação das diversas correntes da análise de discurso de origem francesa com as da *Discourse Analysis* começa agora em nível de reuniões internacionais.

conta implicitamente essa discursividade, a título de indícios espontâneos que guiam a leitura e a escrita enquanto prática “literária” implicada pela profissão de historiador.

Desse ponto de vista, as abordagens mais recentes, combinando, por exemplo, a história econômica e a história das instituições políticas, permanecem, marxistas ou não, “qualitativas” ou “quantitativas”, inscritas na mesma tradição.

Em contrapartida, a história social das mentalidades³, dos sistemas de pensamento ou das ideologias, constitui uma abertura que, por múltiplos caminhos, foi consideravelmente desenvolvida no último período: essa abertura supõe trabalhar diferentemente os textos, questionando a transparência da língua. Reunir e interpretar séries textuais onde se inscrevem discursivamente as figuras da infância, da loucura, da morte ou da sexualidade, próprias a esta ou àquela época, supunha abandonar as certezas associadas ao enunciado documental.

Como os métodos da Nova História, os da arqueologia foucaultiana terminam, por sua vez, por tratar explicitamente o documento textual como um monumento, ou seja, como um traço discursivo em uma história, um nó singular em uma rede. Desse ponto de vista, a necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e as práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault constituiu um dos mais nítidos dentre os recentes sinais do reaquecimento da análise de discurso: a construção teórica da intertextualidade e, de maneira mais geral, do interdiscurso apareceu como uma das questões cruciais desse reaquecimento, conduzindo a análise de discurso a se afastar sempre

³ “Ao amanhecer, o rei Francisco I deixava o leito de sua amante para retornar incógnito a seu castelo. Passou, então, diante de uma igreja justo no momento em que os sinos anunciavam o ofício. Emocionado, parou para assistir a missa e orar devotamente. O homem de hoje, surpreso pela aproximação de um amor culpado e de uma piedade sincera, tem duas interpretações à escolha. Primeira interpretação: o sino do santuário desperta no rei o arrependimento de seu pecado e ele reza para pedir perdão a Deus pelo erro que acaba de cometer. Ele não pode ser, sem hipocrisia, simultaneamente o pecador da noite e o devoto da madrugada. Em que agiu como homem de hoje, pelo menos como um homem com qualquer racionalidade, quem não leu Dostoiévsky, ou quem suspeita de Freud, o magistrado ou o jurado das cortes (sou eu, M.P., quem grifo). Ele está convencido de que a coerência moral é natural e necessária. Os seres que a desprezam são julgados anormais e excluídos da sociedade... Uma tal interpretação será a de um historiador clássico... A outra interpretação é, pelo contrário, a do historiador das mentalidades... Algumas coisas eram, portanto, concebíveis, aceitáveis, em uma certa época, em uma certa cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e em outra cultura...” Philippe Ariès, “A história das mentalidades”, In: *A nova história*, sob a direção de J. Le Goff, Roger Cartier, Jacques Revel, Paris, CEPL, Retz, 1978, p. 402-403. Cf. também o artigo “Memória coletiva”, de Pierre Nora, na mesma obra, p. 398-401.

mais de uma concepção classificatória que deixava aos discursos escritos oficiais “legitimados” um privilégio que se revela cada vez mais contestável.

Fica, entretanto, evidente que, diferentemente dos tratamentos lexicométricos, por exemplo, os atuais resultados produzidos pelas análises de discurso sobre material histórico permanecem excessivamente pontuais e triviais para apresentarem aos olhos dos historiadores um interesse heurístico real: trata-se, mais freqüentemente, apenas da confirmação ou da ilustração de hipóteses clássicas “emprestadas” dos historiadores.

Pode-se supor que certas tendências atuais, visando particularmente complexificar e heterogeneizar os *corpora* analisados, e aumentar consideravelmente suas dimensões, através do recurso à informática aplicada à análise de discurso, serão suscetíveis de melhorar, a mais longo ou curto prazo, a “recepção” dessa nova disciplina pelos historiadores.

* * *

No domínio das *pesquisas sociológicas*, pode-se também constatar que a relação teórica com os “materiais” de natureza linguageira (oral ou textual) foi consideravelmente transformada no recente período, através do questionamento da concentração da análise sociológica sobre os funcionamentos institucionais.

Ainda que numerosos sociólogos continuem, de fato, recorrendo aos métodos de análise de conteúdo pelo esmiuçamento das respostas abertas em vastos questionários ou pela extensiva análise de séries de entrevistas, o vínculo subjacente desses métodos com uma pré-categorização institucional dos materiais conduziu, aqui também, ao questionamento da atitude documental, encontrando assim a posição crítica que sustenta o projeto da análise de discurso.

O interesse pelas formas pré-institucionais do vínculo social incitou simultaneamente inúmeros pesquisadores a tematizarem o registro simbólico, através da análise dos rituais discursivos de assujeitamento, de tomada da palavra, de interpelação, de troca dialógica, etc. A problemática da circulação das fórmulas como produção de acontecimentos, desenvolvida particularmente por J. P. Faye, encontra por sua vez essa questão do simbólico, sociohistoricamente inscrito no jogo das economias narrativas.

Por esses diversos vieses, as pesquisas em análise de discurso encontram-se diretamente confrontadas com os diferentes eixos sociolinguísticos já evocados.

Além do contato entre línguas de estatuto social diferente, os desnivelamentos intralinguísticos entre “códigos” sociais diferenciados (e tomados em relações de força simbólicas de dominação, resistência, etc.) são o objeto de estudos macrosociológicos diferenciais, suscetíveis de encontrar certas perspectivas de pesquisa em análise de discurso, especialmente aquelas que repousam sobre a noção de co-variação entre um campo discursivo considerado como linguísticamente homogêneo e um conjunto de determinações sociohistóricas consideradas como metodologicamente estáveis.

Simultaneamente, o impulso interdisciplinar que suscita atualmente, ao menos na França, um interesse crescente pelo estudo dos atos de linguagem, das relações pragmáticas e dos mecanismos argumentativos, narrativos ou descritivos, desemboca, em sociologia, em uma microsociologia das interações, atribuindo-se a tarefa de analisar as “estratégias” de poder dos sujeitos falantes em situação, com os “cálculos”, conscientes ou não, que essas estratégias põem em jogo.

O interesse de uma tal abordagem da linguagem comum, que engaja particularmente a possibilidade de análises concretas do registro discursivo-conversacional, sobre o terreno da *Discourse Analysis* acima evocada, não poderia, por isso, mascarar a questão de sua relação, ainda não esclarecida, com as teorias aceitavelmente triviais provenientes da psicologia social, especialmente americana, focalizadas no estudo das relações (verbais e não verbais) observáveis entre 2, 3, ... *n* sujeitos.

* * *

Isso leva a evocar o domínio das *pesquisas em psicologia* na medida em que este está concernido pela análise de discurso.

Deve-se lembrar que a psicologia social exige experimentar (em laboratório ou em campo) a partir de construções/manipulações da interação e, em particular, da interação verbal. Dentro desse quadro, a “situação” experimental - construída em laboratório ou provocada em campo - é uma cena fechada, a-histórica, na qual a linguagem (palavras, textos ou discurso) é imediatamente identificada em seqüências “observáveis” de ações (condutas ou comportamentos) trocadas entre os protagonistas da interação.

No contexto filosófico e político acima evocado, o projeto da análise de discurso marcava uma ruptura com esta problemática psicossocial, para a qual o triplo registro da história, da língua e do inconsciente permanece literalmente “recalcado”. As teorias e os métodos desenvolvidos em análise de discurso não cessaram de se defrontar com essa situação de triplo “recalque”, com a esperança (que se poderá julgar ingenuamente pretensiosa) de contribuir para desfazer o nó⁴.

Com isso, a análise de discurso encontrou-se engajada, sob as modalidades teóricas e técnicas que lhe são próprias, na “batalha de cem anos”⁵ que atravessa nossa época, envolvida, portanto, com uma tarefa desmesurada, literalmente impossível: a de “explicar-se” com o mito onipotente do sujeito psicológico, “mestre em sua morada”⁶... próximo de dois limites externos: o do biológico e o do social.

Em conformidade com o universal narcisismo do pensamento humano - a menos que não se tratasse aqui de um efeito histórico do pensamento “ocidental” em sua relação com a idéia de Ciência -, o sujeito é, de direito, uma estratégia consciente, racional e lógico-operatória, cujos poderes se encontram, de fato, limitados em sua emergência progressiva, sua “aquisição” e seu exercício. De um lado, pelas limitações biológicas (portanto, a série de limitações ligadas ao fato de que esse sujeito está associado a um organismo em desenvolvimento em um meio, exposto às eventualidades desse desenvolvimento e às más formações, perturbações e traumatismos de todas as ordens suscetíveis de afetá-lo) e, de outro, pelas limitações sociológicas (portanto, a série de limitações ligadas ao fato de que esse sujeito só pode viver em sociedade, ou seja, em cooperação-confrontação com o conjunto de seus congêneres,

⁴ Cf., por exemplo, F. Gadet, C. Haroche, P. Henry, M. Pêcheux. “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia”, *Fundamenta Scientia*, 3 (2), 1982.

⁵ Elisabeth Roudinesco, *A batalha de cem anos. História da psicanálise na França*, vol. 1, Paris, Ramsay, 1982.

⁶ O sujeito epistêmico piagetiano é, hoje, a mais célebre figura científica: essa figura integra a lógica como condição e limite interno do domínio. A hipótese de uma construção por etapas desse domínio está, como se sabe, no centro da teoria piagetiana.

sujeitos-estratégias eles também, não cessando, por isso mesmo, de “aliená-lo” no exercício de suas estratégias)⁷.

No espaço deste mito psicológico, a história é apenas a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas, a língua apenas uma (reduzida) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente apenas a não-consciência que afeta negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas e/ou sociais há pouco mencionadas.

Seria profundamente injusto responsabilizar somente os psicólogos profissionais por este mito onipresente do sujeito psicológico: eles apenas formalizaram (através de uma série de construções formais-experimentais mais ou menos sofisticadas) as representações que vêm à mente de qualquer sujeito humano “normal” - ou, ao menos, de todo ocidental: viajante comercial, diplomata, dona de casa, militar, mundana, capuchinho, torneiro-mecânico, desde que seja conduzido, por este ou aquele viés, a produzir sua epistemologia espontânea da ação humana. Os universitários não têm, *a priori*, nenhuma razão para escapar a essa evidência.⁸

Quando, por exemplo, lingüistas, historiadores, sociólogos ou cientistas políticos, pelas necessidades de sua própria reflexão, se põem a tematizar o “sujeito humano”, estão completamente dispostos a confiar naqueles que se dizem disso os especialistas: “a psicologia” lhes aparece como uma disciplina auxiliar acima de qualquer suspeita, à qual todos podem se dirigir para fundamentar (e, se for preciso, criticar) suas próprias representações do tal sujeito e de seu domínio.

Simultaneamente, todo sujeito, seja ele viajante comercial, diplomata, dona de casa... ou universitário, experimenta em sua vida (em seus gestos e palavras mais corriqueiros, bem como em seus encontros mais dramáticos consigo mesmo) de que modo, para ele, este domínio falha. Nessa experiência singular da falha (fracasso, insucesso...), destaca-se a tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica. Esta ferida narcísica, que não se confunde, de modo algum, com os limites inerentes às limitações biológicas ou sociológicas (por exemplo, o lapso é diferente do

fracasso de um comportamento ou de um comportamento de fracasso), constitui o estranhamento familiar com o qual todo sujeito humano se confronta. E aqui, ainda, não é absolutamente necessário ser “especialista” para sobre isso saber algo: sendo até, por vezes, uma desvantagem.

É nesse saber inconsciente do sujeito que se baseia o analista freudiano em sua prática, e aqui está a diferença crucial em relação à posição psicológica ou psiquiátrica: o analista não pode imaginar “dominar” esse saber inconsciente... sem deixar de ser analista.

Mas os lingüistas, historiadores ou sociólogos não estão *necessariamente* advertidos dessa diferença crucial, nem da hostilidade instintiva da instituição psicológica em relação a tudo que diz respeito ao registro psicanalítico⁹: podem, portanto, confundir, com maior ou menor boa fé, psicologia e psicanálise em uma global “teoria do sujeito” da qual esperam que lhes ajude a pensar (a dominar intelectualmente?) o estatuto do locutor e do enunciador, da “atividade simbólica”, do agente sociohistórico, etc.

Aqui, e face à recente difusão dos temas psicanalíticos (freudianos e eventualmente lacanianos), a ambivalência “estratégica” dos profissionais da psicologia em relação ao campo psicanalítico não facilita as coisas para o não-especialista, ora se deixa entender que se trataria apenas de duas “linguagens” diferentes visando “dominar” os mesmos objetos e se reivindica ecumenicamente a psicanálise como uma província (muito afastada, mal administrada e um pouco anárquica demais!) do continente-psicologia, ora se investe o ferro contra o que é, então, caracterizado como uma impostura que se espera muito conseguir desmascarar “cientificamente” com a ajuda de metodologias experimentais próprias ao setor das Ciências da vida.¹⁰

⁹ Na obra citada mais acima, E. Roudinesco mostra como a filosofia francesa foi substituída pelos psicólogos na recepção-resistência manifestada em relação à psicanálise. Para retomar os termos de P. Ariès, nada prova que os psicólogos tenham lido Dostoiévsky, e tudo indica que continuam desconfiando de Freud. Sobre a questão do acordo para ser aceito, e a dos atingidos pela “imagem de qualidade”, esta carta de Freud a Laforgue citada por Roudinesco: “... Não se consegue nada através de concessões à opinião pública ou aos preconceitos reinantes. Esse procedimento é completamente contrário ao espírito da psicanálise, da qual esta não é jamais a técnica de querer camuflar ou atenuar as resistências. A experiência também mostrou que as pessoas que tomam a via dos acordos, das atenuações, em suma, do oportunismo diplomático, vêem-se, afinal de contas, elas mesmas afastadas de sua própria rota...” (p. 293).

¹⁰ O qual, lembremos, marca a seção “Psicofisiologia e psicologia” no CNRS.

⁷ Encontra-se aqui a imagem engelsiana do paralelograma das forças como explicação da opacidade do social: o que cada um quer é contrariado por cada um dos outros, de maneira que o que se produz não é desejado por ninguém.

⁸ Não basta, portanto, não ser um profissional da psicologia para não ceder à evidência psicológica. Apenas um exemplo, no campo da análise de discurso: o de O. Ducrot, cujos trabalhos de semântica lingüística são, além do mais, extremamente importantes para essa disciplina.

Para além dessa ambivalência estragógica, a questão trata, de fato, do *conjunto das disciplinas de interpretação*, dentre as quais se situa a análise de discurso.

A análise de discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente

construir procedimentos que exponham o olhar-leitor em *níveis opacos na ação estratégica de um sujeito* (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito de interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que daí emerge, como discurso-outro, discurso de um outro, ou discurso do Outro). “Não se trata de uma leitura plural na qual um sujeito joga multiplicando os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê.”¹¹

Compreende-se que, em uma tal perspectiva, a análise de discurso - não mais que qualquer outra disciplina de interpretação - não pode satisfazer-se, em sua necessária relação com a língua, com o inconsciente e a história, nem com discursivos comportamentais “observáveis”, nem com estruturas do sujeito epistêmico da psicologia cognitiva.

Sobre os universos discursivos logicamente estabilizados tomados como tais (trata-se essencialmente do discurso das ciências da natureza, do das tecnologias, e mesmo do dos sistemas administrativos tomados em seu funcionamento formal), a análise de discurso não tem grande coisa a dizer: é o campo de exercício privilegiado da nova interdisciplina designada pelo termo de Inteligência artificial ou “Intelectiva”, onde o modelo do sujeito epistêmico pode aplicar-se facilmente.

O campo da análise de discurso, ao contrário, é determinado pelo campo dos espaços discursivos não estabilizados logicamente, dependendo dos domínios filosófico, sociohistórico, político ou estético, e também, portanto, dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado (cf. a problemática dos “universos de crença”, a dos “mundos possíveis”, etc.).¹²

¹¹ Jean-Marie Marandin, *Algorithmes 81*. (não publicado)

¹² Sobre essa distinção entre o discursivo logicamente estabilizado vs. não estabilizado e suas repercussões nas Ciências da Linguagem, cf. M. Pêcheux, “Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas”, DRLAV, 27, dezembro de 1982.

Ninguém sabe se um dia a história, a língua e o inconsciente serão “explicados” pelo sujeito epistêmico-comportamental, ou se, pelo contrário, as condições concretas de aprendizagem e de controle dos universos discursivos logicamente estabilizados aparecerão, elas mesmas, como intrinsecamente dependentes das discursividades não estabilizadas (por exemplo, o discurso pedagógico que difunde os conhecimentos logicamente estáveis é, ele próprio, logicamente estável?).

De qualquer forma, imagina-se facilmente que os vínculos da análise de discurso com as disciplinas psicológicas sejam necessariamente mais conflituados do que aqueles com as outras disciplinas acima mencionadas, que se reconhecem mais naturalmente como disciplinas de interpretação. Este conflito se amarra à relação contraditória entre psicologia e psicanálise: há uma quinzena de anos, os programas de ensino secundário francês modificaram o ensino da filosofia; o lugar da psicologia (comportamentalista ou cognitivista) achou-se reduzido em favor da abordagem psicanalítica, de modo que a psicologia, para o aluno de hoje, é - com razão ou sem ela - essencialmente... a psicanálise. Isso corresponde à dispersa difusão dos temas psicanalíticos nas Ciências Humanas e Sociais (sobretudo em Filosofia, Literatura e Etnologia, e, em um menor grau, em História, Lingüística e Sociologia). É a instituição psicológica que, poderíamos dizer, por construção, foi e continua sendo o mais sólido bastião de resistência: a ausência quase completa de relações entre o *establishment* psicológico no CNRS e o campo psicanalítico foi recentemente salientada pelo *Relatório* de M. Godelier (p. 41). Na Universidade, onde a psicologia pertence ao domínio das Ciências do Homem e da Sociedade, a situação é diferente, sem ser necessariamente mais brilhante: de fato, as instituições acadêmicas tratam a psicanálise seja como uma disciplina “literária”, seja como uma prática “clínica”, ambas *a priori* suspeitas de serem não-sérias. E o fato de que alguns literatos e/ou clínicos possam valer-se da psicanálise para dizer e fazer efetivamente “qualquer coisa” só leva, com certeza, água ao moinho acadêmico, alimentando a resistência fundamental das instituições e dos indivíduos diante da “ferida” que Freud infligiu aos ideais do sujeito “mestre em sua morada”. O sério semiológico, com seus eventuais prolongamentos intelectivos, ou, ao contrário, as palhaçadas filosófico-literárias antifreudianas ultrapassam melhor as barreiras da resistência acadêmica, assim como,

* * *

Abril 1983

Abril 1983



ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA
ÚLTIMA DATA CARIMBADA

3/8 to 16